

RONTEC CHEGA AO FIM COM SALDO POSITIVO

A 1ª Rontec, promovida pela Secretaria de Indústria e Comércio, chega ao seu final amanhã, no ginásio Cláudio Coutinho, com saldo positivo, conforme o secretário Reginaldo Vasconcelos (foto) disse ao AM. Toda a tecnologia traida por quase 50 especialistas poderá ser repassada para os interessados em Rondônia, afirmou Reginaldo, dependendo apenas dos entendimentos que sejam encaminhados para a secretaria de Indústria e Comércio.

Amanhã, em companhia do governador Jorge Teixeira, Reginaldo instalará o Cancelec, órgão que vai trabalhar conjuntamente com a SIC.

A Rontec é assunto na página 3.

Assuntos sobre a fúlgida, teatro e uma reportagem sobre o criador dos Diários Associados, o jornalista Assis Chateaubriand, são assuntos da Revista Nacional que circula encarta da ao AM.

Lêdo e de teatro está acontecendo no teatro para a comemoração pública marcada para a tarde, quando serão feitas homenagens ao governador Jorge Teixeira, na praça das Calças D'Água, pelo 4º ano de administração.



TEIXEIRA ADVERTE BANCADA E DIZ QUE FICA ATÉ 1985

Alto Madeira

Fundador dos Diários Associados: ASSIS CHATEAUBRIAND

ANO LXV — Porto Velha — domingo, 10 de abril de 1983 — Nº 14.182

CRANÇA QUEIMADA NO INCÊNDIO DA CASA

Manoel Bentes dos Santos, um garoto de dois anos, recebeu fortes queimaduras pelo corpo na madrugada de ontem, quando sua casa, na rua Celso Vargas, bairro Nossa Senhora das Graças, pegou fogo. Eram duas horas quando a família acordou com o incêndio tendo a mãe, dona Clarinda, fugido

para a rua em companhia de dois outros filhos, quando lembrou do mais novo que dormia. Ela voltou e encontrou a cama de Manoel pegando fogo, tendo salvo o filho mas ficando ferida e com queimaduras pelo corpo. — Página 3.

O governador Jorge Teixeira se mostrou irritado com a bancada federal na reunião havida ontem com deputados e senadores e cuja finalidade inicial seria apenas verificar a formação de uma linha de ação definida em Brasília, visando defender os interesses de Rondônia. Mas os acontecimentos na semana, que acabaram coincidindo com a visita do presidente Figueiredo, acabaram levando com que fossem mudadas as rumos da reunião. Dos estaduais apenas dois participaram do encontro, o líder da bancada, Juarez Alalh e o presidente da Assembleia, José Humberto Torres, deputados estaduais da PRD e o senador se ventura presente, com o senador Otávio Soares ressaltando a importância de que se encontre o caminho da união para o fortalecimento do partido. No encontro, Teixeira disse que faz no palácio Presidente Vargas até 1985 e que não há nada de positivo nas situações de que esteja detendo o Governo para ir assumir posto em Brasília. O

governador em determinado momento foi muito duro: "é preciso que todos aqui tenham uma consciência do momento político que atravessamos e por isso mantenham uma postura sólida". Sobre o diretório regional, Teixeira lembrou que está esperando a articulação dos políticos.

HOMENAGEM

Hoje à tarde, na praça das Calças D'Água, em homenagem ao governador Jorge Teixeira, pela passagem dos quatro anos de seu Governo, quando serão lembradas algumas vitórias vitais ao desenvolvimento do Estado e, também, serão prestadas homenagens ao chefe do Executivo.

GUARARA

Com o deputado Francisco Nogueira representando a Assembleia Constituinte, Guarara comemora hoje seu 52º ano de fundação e também faz homenagens a Tomara.

Chiquilito quer garimpo manual de cassiterita

A volta do garimpo manual de cassiterita foi defendida na última quarta-feira pelo deputado federal Francisco Chiquilito Bran, durante discurso que fez na Câmara. De acordo com ele, a reabertura dos garimpos, em áreas comprovadamente inaptas para a lavra mecanizada, beneficiaria, indiretamente, cerca de 15 mil famílias, dando emprego a mais de cinco mil homens que hoje não têm nenhuma ocupação.

am
5

ATÉ O DIA 30

A Prefeitura dá mais uma chance para você pagar de uma só vez com desconto de

10%

IMPOSTO
PREDIAL
E
TERRITORIAL
URBANO
IPTU/83

COMÉRCIO AMEAÇADO PELA FORTE CRISE

O comércio porto-velhense enfrenta forte crise no momento, período pelo fato de dinheiro que faz cair abaixo de qualquer nível anterior o índice de compras, segundo o presidente do Clube de Dirigentes Lojistas Luiz Ribeiro Neto. O líder classista admitiu que uma das saídas no momento é demitir alguns funcionários para aliviar a folha de pagamento e reduzir os encargos sociais.

Página 3



Chiquilito (tendo o deputado Bianco em 1º plano), defende a abertura do garimpo manual de cassiterita. (Foto João Alberto).



Adelino

VANDALOS AGEM NA CIDADE. E UMA PENA

IDOSOS — A LBA de Rondônia através de sua política de assistência ao idoso, mantém em sua agência de serviço social 345 idosos, divididos em cinco grupos de trabalho. Estes idosos são assistidos através das divisões da LBA e do PAI que é o Programa de Assistência ao Idoso.

Na última sexta-feira, às 9 horas, a LBA congregou todos os idosos sob sua assistência para a celebração da Páscoa. Foi no galpão coberto da Escola Kennedy, tendo sido servido um gostoso lanche aos presentes.

IDOSOS SÃO GENTE. TRATE-OS COM CARINHO



Alvaro

CIDADE PRECISANDO DE UM BANHO DE CIVILIZAÇÃO

LAGARTAS — Pômos informados por um leitor, que ao mesmo tempo fez um apelo a quem couber orientar, sobre umas lagartas que estão atacando e destruindo os coqueiros de Porto Velho. O referido leitor disse que teve o trabalho de visitar quase

vinte casas aqui na cidade com plantação de coqueiros e constatou o ataque das lagartas que estão matando as palmeiras. Nosso leitor espera uma orientação da Empresa, Ater e Secretaria de Agricultura para o caso.

VISITE A 1 FEIRA, TECNOLOGIA DE RO



Reginaldo

HOJE E DOMINGO E FUTEBOL SÓ NACIONAL

GRAÇAS — Na noite de "Cinco de Maio", às 17 horas de hoje, haverá uma homenagem do povo deste Município ao governador Jorge Teixeira, pelo transcurso dos quatro anos do seu Governo. O momento que receberá Jorge Teixeira, conitante, quando

ele aqui chegar, já está para testemunhar o quanto Teixeira tem trabalhado por esta terra e vai pedir graças para que ele continue com o mesmo entusiasmo e no mesmo ritmo, sempre querendo o melhor para Rondônia.

Rio e Adjacências

Josias de Macedo

O presidente João Figueiredo e quase uma dúzia de Ministros passaram algumas horas em Mineração Viçosa, rever o novo Estado que criaram e estão ajudando no seu desenvolvimento. Só que desta vez, o chefe da Nação e seus ministros não transaram consigo aqueles bilhões de cruzados que estavam acostumados a dar ao governador Jorge Teixeira de Oliveira, em especial, antes do pleito eleitoral. A visita foi de cordialidade e, teve como principal finalidade prestigiar o governador do Estado, nesta hora em que surgem as primeiras divergências dentro do PDS, que já foi a agremiação mais dócil da história política de Rondônia. Nem mesmo com a presença do presidente de honra do PDS — João Baptista de Figueiredo — as coisas melhoraram dentro da agremiação política situacionista.

— XXX —

A professora Zélia Duarte Monteiro Souza e a nova delegada do MEC em nosso Estado. A nomeação da professora Zélia Monteiro foi assinado pelo Ministro da Educação, Estevão Figueiredo Ferraz, no último dia 11 de março.

— XXX —

A metalúrgica Berra do Brasil produtora de estanho, foi distinguida pela General Motors do Brasil entre as suas fornecedoras como uma das empresas que manteve "Ótimo Desempenho no ano de 1982. A metalúrgica Berra do Brasil pertence às Empresas Brumadinho.

— XXX —

No legislativo Estadual os deputados peemedebistas que mais se destacaram no último mês, foram o "caracol" Tomás Correa, Amir Lando, Jerry Badochá, José Carminato e Ronaldo Aragão. No legislativo Mirim, os edis José Guedes, Daniel Souza, Raquel Cândido. Já no partido situacionista, na ALE, podemos destacar a figura de Arnaldo Martins, um verdadeiro líder que está surgindo no cenário po-

lítico de Rondônia; Jacob Atalah, José do Prado e Euzé Marcilino. Estes parlamentares são as esperanças políticas de nosso Estado, pelos trabalhos sérios que vêm realizando nos dois Legislativos.

— XXX —

Um grupo de amigos do governador Teixeira, tendo a frente diretores da Rádio Cuiabá, vão desagruar hoje, às 17 h, com uma reunião pública na Praça das Casas D'água, o governador do Estado. A manifestação pública tem como objetivo através da presença do povo, desagruar o chefe do Executivo "das cilônias que estão sendo atraídas contra o governador Jorge Teixeira de Oliveira". Você vai? Eu vou.

— XXX —

E a imprensa continua livre, apesar das penas e do agano. Imprensa livre representa povo livre.

— XXX —

"Um lamaçal de violências com ares de segurança", assim o deputado federal Assis Camuto, PDS, classificou a ociosa Polícia Civil.

— XXX —

E os candidatos a motoristas, mesmo aqueles que estão fazendo o "repeteco" fazem um apelo ao dr. Francisco Marques, membro da Comissão Examinadora, que volte a fazer parte da Comissão Examinadora. Isto porque, além de ser um bom examinador, pela sua compreensão com os examinadores, está fazendo falta e muita falta naquele órgão. Com o pedido de afastamento do dr. Francisco Marques, a Comissão passará a contar com apenas dois membros — tenente Cláudio e Franco, também bons examinadores — o que impedirá o funcionamento da Comissão, que só pode trabalhar com três membros. Volta dr. Francisco Marques, este é o apelo que fazem os candidatos a uma carteira de motorista, mesmo os que já foram reprovados e vão, agora, se submeter a nova prova.

OPINIÃO EM 30 LINHAS

Um relatório recente sobre a televisão e seus efeitos na formação de um jovem, trabalho feito pela Unesco, o organismo da ONU para a educação, demonstra claramente que pode haver um enorme problema ao final de determinado tempo para uma pessoa que assiste continuamente a filmes que são passados, inclusive em horários para crianças, atingindo enorme taxa de observações de distúrbios de toda a ordem.

A questão foi vista há dias, na Assembleia quando o ex-secretário de Educação, professor Jerry Badochá, atual deputado pelo PMDB citou a falta, chegando a minutos levantados: um assistente contínuo de TV, verá em poucos anos cerca de 15 mil crimes de morte.

De quem é a culpa? Por comodismo ou falta de conhecimento sobre a formação das crianças, pois preferem deixar que elas seendam em frente aos aparelhos de TV durante horas inteiras, cometendo-se então crimes graves contra os guri.

O primeiro dos erros é mesmo a questão do cercamento à criatividade: parados horas inteiras na frente de um aparelho de televisão, as crianças acabam ficando sem exercitar capacidades motoras e até mesmo a de poder brincar, correr, andar, etc.

Depois que a TV, com alguns filmes, pode acabar fazendo com que a criança se mire no exemplo de um ator qualquer e comece também a agir como tal — e isso não é novidade, já tendo havido muitos casos assim. Pior que tudo isso parece ter sido o fato denunciado pelo deputado Badochá: a ausência de pais e educadores no setor.

Queiram-se alguns que a TV acabou com aquele costume de há algum tempo passado, de famílias inteiras sentarem-se às portas das casas para conversar. Outros chegaram a apontar a TV como culpada pela falta de relacionamento entre membros da mesma família, morando sob o mesmo teto. "O marido chega, pega o jornal, deita no sofá em frente à TV e medita sobre um fato com a mulher que está ao lado", queixam-se sociólogos.

A questão fica em aberto, porque o problema tende a se agravar, e um futuro próximo talvez acusará a TV até de estragar a estrutura familiar.

Até terça-feira.

RACIONALIZAÇÃO AMBULATORIAL COMEÇA A SER IMPLANTADA

Brasília, IBDO — O projeto de racionalização ambulatorial, preconizado no plano de racionalização da assistência à saúde, elaborado pelo Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária — CONASAP, será implantado no próximo dia 15 em Recife e até o final do mês de maio, em Belo Horizonte. Esse trabalho, que vem sendo desenvolvido em Curitiba desde 1981, já foi implantado no início deste ano em Goiânia, Salvador e Florianópolis.

O projeto de racionalização prevê uma reorganização do atendimento, dentro das próprias unidades, com simplificação dos procedimentos internos, de maneira de facilitar e melhorar a qualidade da assistência. Esse trabalho já tem sido implantado em Curitiba, segundo resultados positivos quanto à organização do fluxo e ao fácil acesso às atividades médicas em hospitais, que a assistência prestada pelo IBASAP em um ambulatorial próprio nos municípios se efetivaram.

Para o Ministério da Previdência e Assistência Social, Hilda Beldin, o plano de racionalização da assistência à saúde, representa a mais profunda mudança de filosofia e de ação iniciada para o setor, nos últimos dez anos.



Alto Madeira
EMPRESA ACATI MADEIRA LTDA
Prestador de serviços de comunicação
RUA TEIXEIRA
Cidade: Porto Velho

ASSINATURA
RUA TEIXEIRA
Cidade: Porto Velho

ASSINATURA
RUA TEIXEIRA
Cidade: Porto Velho

FEIRA ATINGE FINALIDADE

As 1800 do almoço, a
feira cultural da Serra



"A Rontec tem atendido as expectativas previstas e mesmo ocorrendo com os eventos paralelos e a preocupação básica no sucesso obtido é o fortalecimento da feira, ou seja, difundir a nível de Estado aquilo que tem sido identificado e caracterizado para a região Amazônica".

A colocação foi feita pelo secretário da Indústria e Comércio, Reginaldo Vasconcelos, durante a visita que fez à Rontec, vindo de perto o que ele considera de revolucionário para diversos setores tecnológicos de Rondônia.

Reginaldo Vasconcelos disse ainda que, particularmente para Rondônia as reflexões serão mais importantes, pois foi pensado em colher informações e dados suficientes para o desenvolvimento da tecnologia espaciais por delegações dos outros Estados.

ESQUEMA

— E para garantir isso, já estamos com um esquema de repasse dessas tecnologias por órgãos e setores, o que prova que a Feira já foi um ponto resultante desse programa, pois os resultados, como temos acompanhado atentamente, são emergentes o que exige uma estru-

turação com alçances fortes, "enfocou Reginaldo Vasconcelos".

O diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Mauro Cunha Bastos, disse: "nas conferências que estamos apresentando no auditório da escola Carmela Dutra, é o ponto principal do que temos exposto no ginásio Cláudio Coutinho, muito embora a maioria da população não pense assim, é que estamos absorvendo o principal sobre a Rontec, quando os expositores vindos dos outros Estados explicam os meios utilizados para a confecção de seus equipamentos que são únicos e exclusivamente para estudos".

Explicou ainda o diretor que os processos produtivos, principalmente nas áreas de construção habitacional, tecnologia da construção civil e rodoviária, técnicas educacionais e de saúde, o que é de grande interesse para região na qual poderão ser desenvolvidas com novos estudos. "Não estamos nos preocupando em montar aqui nova Zona Franca, com construção de micro-computadores ou coisa parecida. O que pretendemos é aproveitar ao máximo os recursos naturais regionais", concluiu Mauro.

CHIQUILITO DEFENDE O GARIMPO MANUAL

O deputado federal Francisco Chiquilto Erue defendeu, na última quarta-feira, no plenário da Câmara, a abertura da lavra manual de cassiterita, afirmando que isso beneficiaria mais de cinco mil homens hoje sem empregos e cerca de 15 mil famílias, direta ou indiretamente.

Segundo ele, a proibição do garimpo manual de cassiterita em Rondônia foi prejudicial não apenas para estas pessoas, que até 1971 eram responsáveis por grande parte da produção rondoniense do minério, mas também para o Estado, "porque as empresas de mineração atuam de forma ambiciosa, o que não deixa de caracterizar uma depreciação acelerada do bem mineral".

Chiquilto continuou criticando as empresas, afirmando que a verticalização destas "favoreceu a praxe de preços inflados para o estado, como base para o recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais — IUM". Para ele, os trabalhos de pesquisa demonstraram a impossibilidade da implantação da lavra mecanizada em inúmeros jazimentos, em função de vários fatores de ordem técnica.

PROIBIÇÃO

O parlamentar fez um relato do que foi a proibição do garimpo manual de cassiterita em Rondônia, feita pela Portaria Ministerial n.º 195, de 15 de abril de 1979, que entrou em vigor a partir de 31 de março do ano seguinte. A justificativa foi a de que a lavra manual levava a um pequeno aproveitamento do mineral.

Ao fazer um apelo em nome dos garimpeiros, o deputado rondoniense afirmou que "os interesses da Nação Brasileira determinam que o governo decrete,



Chiquilto quer abertura do garimpo. (Foto Rubens)

dentro da província estancifera de Rondônia, áreas de reservas minerais nos locais onde comprovadamente não existem condições do desenvolvimento da lavra mecanizada, em situação de harmonia produtiva, a exemplo de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, e de Serra Dourada e Nova Roma, em Goiás".

ANTIGA

As reivindicações no sentido da volta da lavra manual de cassiterita em Rondônia são antigas e o hoje deputado Francisco Erue já a defendia muito antes de ser candidato, quando ainda era secretário de Administração do governo Jorge Teixeira.

Chiquilto está preparando, inclusive, um documento propondo à Câmara a aprovação de um projeto neste sentido.

ASSUME O GOVERNADOR DE RORAIMA

Brasília — O major-general Vicente de Magalhães Moraes, chefe do Comando Administrativo do VI Comando Administrativo Regional — Comar, sediado em Brasília, para ser nomeado, em 1983, governador do Território Federal de Roraima, em substituição ao brigadeiro Ottonio de Souza Pinto, que retorna à Força Armada Brasileira.

A substituição de nome para o comando do Território Federal de Roraima, sediado em Boa Vista, para o brigadeiro Major Almeida dos Passos, pelo comandante General de Ar, Teodoro de Albuquerque, Almirante Henrique de Albuquerque Costa.

De ser substituído pelo brigadeiro Almeida dos Passos, o brigadeiro Vicente Moraes disse que irá fazer ao Governo do Território de Roraima, "abandonando oficialmente".



ACRE DIZ QUE LEVA SALDO POSITIVO DA I RON—TEC

SIC VAI INSTALAR AMANHÃ O CONCITEC

A Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia instala de novo horis de segunda-feira, no auditório do palácio "Presidente Vargas" o Conselho Estadual de Comércio e Tecnologia — Concitec, ato que contará com a presença do governador Jorge Teixeira e do secretário Reginaldo Vasconcelos.

Esse Conselho será criado para implantar as atividades do setor,

como objetivo fundamental de subsidiar a formação da política de retorno, aproveitando com isso os resultados alcançados pela I Rontec, o que poderá ser feito até mesmo a curto prazo. Para isso já estão sendo tomadas informações sobre o emprego da tecnologia nos diversos equipamentos expostos nos stands, com os processos produtivos. Tanto é, que a realização da feira foi se pensando na criação do Concitec.



Na Rontec, a presença de pessoas interessadas em tecnologia tem sido grande. (Foto Rubens)

Comércio cada dia mais fraco

Constantemente os comerciantes — e principalmente os comerciantes que ganham salários fixos acrescidos por comissões, que dependem muito do que vendem — têm se mostrado preocupados com a atual fase por que passa todo o comércio de Porto Velho, vista por eles, como uma das piores nos dois últimos anos, além de outros problemas paralelos que atingem mais ainda toda a classe de vendedores lojistas.

Um dos pontos duramente criticados por eles é o de que, com a crise de falta de dinheiro que afliu todo o país, e Rondônia não está à margem, gera uma outra, a inflação, com os preços dos produtos majorados quando mal se pode falar que tal o novo índice do salário mínimo.

Ainda assim, uma entrevista dada ao "AM" pelo diretor do Clube dos Diretores Lojistas Luiz Ribeiro Neto, ele lembra que o comércio está numa situação tal, que tem uma medida drástica, de demitir seus funcionários, por não ter, como resultado de vendas pelas vendas, condições de acompanhar e poder manter uma folha de pagamento com um grande número de funcionários, além do dinheiro da população estar cada vez mais controlado, gastando apenas com o essencial.

Para os comerciantes, somente uma fase áurea tranquiliza um pouco a todos que é durante a época que antecedem as festas de final de ano, quando todos estão com o tão esperado 13º salário.

O bilogista Carlos Edgar de Deus que coordena o stand da Universidade Federal do Acre na I RON-TEC, faz uma reportagem do ALTO MADEIRA, e diz que o Acre tem um saldo econômico positivo da exposição que realiza em Rondônia, pois não teve oportunidade de divulgar o que até então teria sido o caso das pesquisas e ao mesmo tempo desperdiçou a oportunidade de ser formada uma iniciativa para evitar o desaparecimento ecológico que pode ocorrer na região.

— "Não sou contra a exploração da Amazônia, mas acho que isso deve ser feito de maneira racional, respeitando as peculiaridades nativas", disse Carlos Edgar.

Dois outros bilogistas também participam do stand da UFAC, os bilogistas Maria do Carmo Cunha, responsável pelo setor animal do Parque e Maria Colares Guimarães, do setor de pesquisas e estudos, estando também presente o vice-reitor da UFAC, professor Milton Freyre. Todos tiveram palavras de elogio pela realização da I RON-TEC, afirmando que a participação da UFAC no evento será após da Universidade CNPq e FAPESP e que Rondônia, estado do governador Jorge Teixeira e o secretário Reginaldo Vieira de Vasconcelos, estão de parabéns pela promoção que é de maior significação para a região.

O stand da UFAC mostra na I RON-TEC o seu trabalho de bio-hermética com a preocupação de que servir a flora e fauna amazônica que é realizada através da coleta de sementes nativas da região com produção de mudas para formar uma seleção da planta regional.

A UFAC, disse o coordenador do stand Carlos Edgar, realiza em Rio Branco um trabalho de educação ambiental junto às escolas de 1º grau e também também o acompanhamento de determinadas plantas da região, no Parque que fica na própria área da Universidade, e mantém animais em cativeiro, para estudos.

Na I RON-TEC, disse Carlos Edgar, a UFAC mostra, igualmente, plantas que estão sendo estudadas, com a preocupação, sobretudo, para a conservação que vem sendo feita na Amazônia e que pode levar ao desaparecimento de muitas sementes de fauna e de flora. As plantas brasileiras também fazem parte da preservação, pois significam fator econômico para populações agrícolas e uma alternativa de sobrevivência da região.

Para o coordenador do stand da UFAC, Carlos Edgar de Deus, Rondônia tem sido com a realização da I RON-TEC. Ele que já participou de outros eventos como o Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Campos, São Paulo e do Congresso de Biologia Nativa em pesquisadores e cientistas de outras partes do Brasil, em Campos de Jordão, acha que o evento que se realiza em Rondônia tem um significado muito grande para o Estado e a própria região.



Reginaldo diz que Concitec vai ajudar a desenvolver mais o Estado.

Incêndio destrói residência: criança escapa com queimaduras graves

Está internado na Unidade de Emergência, desde às 2hs da madrugada de ontem, o menor Manoel Simões dos Santos, de 2 anos, uma das vítimas do incêndio que destruiu a casa de seus pais, na rua Getúlio Vargas, 1506, nas proximidades do 3º Distrito Policial. Com queimaduras de 1º e 2º graus, o menor e sua mãe, Clarinda Simões, deram entrada no Hospital.

Um curto-circuito teria sido a causa do incêndio. Clarinda e os filhos dormiam, quando por volta de meia-noite, irromperam as chamas, na cozinha. Vizinhos foram quem notaram o fogo e acordaram Clarinda e os garotos. Desesperada, ela levantou-se e somente instantes depois foi que percebeu que deixara seu filho Manoel dentro do quarto. Na ansia de salvá-lo, invadiu

a casa em meio às chamas, encontrando o filho já atingido pelo fogo. Mesmo assim, Manoel saiu com vida e foi levado imediatamente para o Hospital. A guarnição do Corpo de Bombeiros, comandada pelo Tenente PM Luis, em poucos minutos conseguiu chegar ao local e impedir que o fogo fizesse outras vítimas.

Humaitá - o Prefeito quer melhores escolas

HUMAITÁ — Em fase de redução orçária fixa do antigo mercado municipal, o Prefeito Roberto Rul, está aplicando recursos na ordem de 4 milhões de cruzeiros, na ampliação do referido mercado, que será alçada de melhores condições de higiene. A obra de ampliação deverá ser concluída nos próximos dias.

A área educacional do município, ainda uma das maiores preocupações do Prefeito, que objetivando melhorar o atendimento inicial da aprendizagem no Município, está dotando os bairros periféricos de escolas adequadamente equipadas. Ainda antes de inaugurar a Es-

cola Nereida Neres, no bairro da Matilde.

Devido ao êxodo de estudantes em que se encontravam os prédios escolares da rede de ensino municipal, a Prefeitura está realizando um trabalho de restauração e limpeza nos prédios e terrenos. Por outro lado, o Prefeito Roberto Rul, pretende dotar os alunos da rede municipal, de uma ampliação para ler e escrever, fato que já se encontra realidade com a construção da escola polivalente, no antigo Dique de Caxias, cujas obras serão concluídas nos próximos meses.



"Sapeca" tenta fuga do Presídio

A Polícia Militar conseguiu impedir a fuga do marginal Sapeca, do Presídio Central. Quando foi preso, o marginal já estava praticamente do lado de fora e só não conseguiu fugir porque foi visto por um dos policiais, acidentalmente.

Não fosse a rigorosa vigilância feita por uma guarnição da Polícia Militar, o latido de Alexandre Rodrigues dos Santos, o "Sapeca", teria mais uma vez conseguido escapar da cadeia. Depois de ludibriar a atenção dos vigilantes internos, o bandido conseguiu chegar até a um portal lateral, onde teve suas intenções frustradas. Um policial Militar o obrigou a voltar para o interior do presídio. Frustrado, "Sapeca" retornou, xingando o policial. Devido aos palavrões foi que a segurança do presídio descobriu que se passara minutos antes no portão: o bandido tentara a fuga.

OUTRAS FUGAS

Se tivesse dado certo, não seria a primeira vez que "Sapeca" escaparia de um presídio. Do Complexo Penitenciário de Manaus, ele já fugiu mais de cinco vezes, e todas de maneira sensacional. A última aconteceu du-

rante os festejos de carnaval. Num rápida manobra, ele e mais dois perigosos marginais serraram as grades e, com cordas de nylon, escalararam o muro. Somente na quarta-feira de carnaval, foi que a direção do presídio descobriu a fuga dos detentos.

MEDO

Um policial da delegacia de Homicídios, tão logo soube da tentativa de fuga do marginal, comentou: "Ele é um descarado. Quando foi preso por nós dias que não tinha intenções de fugir daqui. Agora tenta fuga", disse. Embora a Secretaria de Interior e Justiça não tenha dado nenhuma informação, a tentativa de fuga teria ocorrido por volta de 14h, da manhã. E os policiais não chegaram a dar alarmes. Pelo que se comentava ontem no presídio, "Sapeca" não estaria disposto a ser recambiado de volta a Manaus.

O deputado João Dias (PMDB) criticou o atual Secretário de Educação de Ji-Paraná, pois, conforme o parlamentar, o secretário está desativando um número razoável de escolas municipais. Na opinião de João Dias, este fato é "um absurdo", porque a carência de estabelecimentos de ensino já é grande no município. "Ele deveria sim, construir e não extinguir escolas" — concluiu o parlamentar.

D. FAUSTO A. O. CAMPOS GIMENEZ

Médico Hematologista — Hematologista CRM-RG 315 — R. J. 14-783
Graduado na U.E.R.J. (Rio de Janeiro)
Especializado no Instituto de Hematologia "Amor de Sigüenza Cervantes" do Rio de Janeiro.
DOENÇAS DO SANGUE: anemias, leucemias, problemas de Rh, eritropoiese, transfusões, etc.

Exames hematológicos especializados
Atende de 2a. a 6a. feira as 18-00hs.
Consultório: Rua José do Patrocinio, 176 (Ponte-velha) — Tel. 221.6785 — Res. 221.2290

EDITAL DE CONSTITUIÇÃO DO COUNTRY

CLUBE DO PORTO VELHO

EXTRATO DOS ESTATUTOS SOCIAIS

Art. 1º — O "Country Clube do Porto Velho" é uma sociedade civil, de caráter cultural, que visa proporcionar aos seus sócios, atividades de lazer e a prática de desportos.

Art. 2º — A sociedade tem sede e foro em "Três Burris" em Santa Antônia, lotes nºs 02, 03, e 15, na zona rural desta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia.

Art. 3º — O prazo de duração da sociedade é indeterminado, só podendo ser dissolvida nos casos previstos em Lei, por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim, devendo neste caso as deliberações serem aprovadas por 2/3 (dois terços) dos sócios paulistas.

Art. 4º — O "Country Clube do Porto Velho" será representado ativo e passivamente, nos atos judiciais e em relação com terceiros, pelo presidente ou por quem o substituir no seu impedimento.

Art. 5º — Os sócios são responsáveis pelas obrigações da sociedade e pelas atos de seus órgãos de administração.

Art. 6º — A direção do "Country Clube do Porto Velho", depois de direção e administração da sociedade, eleita trienalmente de forma deste estatuto, é composta dos seguintes membros: presidente — Dr. Sérgio Metelias Nilton, Secretário — Maurício do Monte Soares, Tesoureiro — Yoshimi Nakano, patrocinador José Arthur Prado Coelho, social — Paulo Sérgio David Lima.

LUCIO — HAIA ANOS

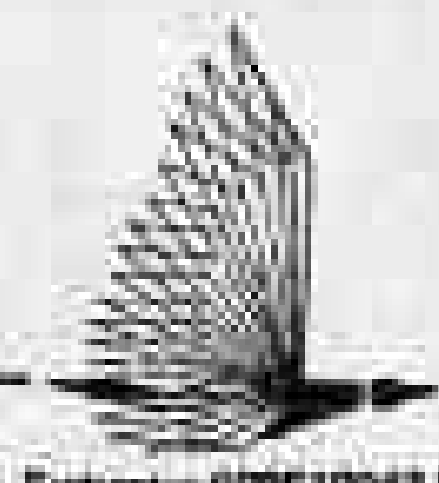


Completa mais um século de vida hoje, o Sr. Lucio Almeida. Não podemos lembrar quanto ele, no total, porque até ele mesmo já perdeu a conta. Mas, tudo bem. O importante é que esse colega de redação e oficina, tem segredos da administração, lembramos-se do tempo. A ele a família tem os seus de felicidades. É ele que o Lucio é sempre o primeiro a cobrar a correção dos que escrevem, aqui fica o lembrete para que não esqueça de passar o conteúdo dos computadores e aqui serve para o e-mail.

Scp Sistema Cirurgia Plástica

Defeitos de Nascimento — Estético — Microcirurgia — Plástica
óculo-palpebral. Solicite informações à:
Calza Pontal, 2659
30.000 Belo Horizonte (MG).

PASSAGENS AÉREAS • MARÍTIMAS • TERRESTRES • RESERVAS BILHETES • CONEXÕES • HOTÉIS • ALUGUEL DE AUTOMÓVEIS • EXCURSÕES • ROTEIROS •



Entenda 008510042.8

VIAJAR — Agência de Viagem Ltda.

Av. Mal. Rondon, 447 - Sul 2 - Tel. (0800) 421-2023 - Telex 9604 - 188 VIAJAR - C. P. 201 CEP 78.300 - JF-PARANÁ - RO

MARMORITE GUANABARA LTDA.

(CVC (MF) 09.079.547/000-1-85 — Insc. 1120000888-3
Comércio de Marmorite, Soleira, Tanques, Pias, Placas divisorias para Banheiros, Peitorais, Pisos e demais produtos do ramo. Venham consultar nossos preços, são os melhores da praça.
Rua Guanabara e Celama — Porto Velho

CAMPANHA ETIQUETA BRANCA DA UTILAR!

MERCADORIAS POR PREÇOS ABAIXO DO CUSTO EM ATÉ 5 MESES SEM ENTRADA E SEM JUROS.

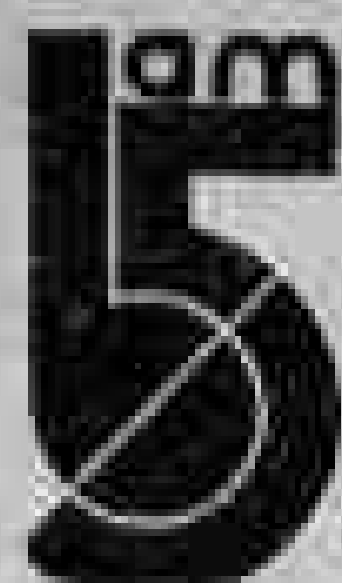


utilar as lojas da família



TELEFONES COMERCIAIS E RESIDENCIAIS

Preços para serviços instalados, sendo as
várias linhas preços de mercado. Tratar pelo
Fone 227.4789.



TEOBALDO FALA DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO



Teobaldo deu explicações sobre o PCE.

Segundo o economista Teobaldo Manteuffel Vianna, secretário de Estado de Administração, falado sobre o Progresso Funcional, recentemente concedido aos servidores estaduais, disse: "As funcionários incluídos no Plano de Classificação de Cargos e Emprego — PCE, lei 8.336 de 05/07/78, foi concedido através de portaria de 11 de março último, do Departamento de Pessoal do MINTER, pela primeira vez, progressão funcional, que é, dizem os seus, a mudança de referência dentro do próprio Cargo ou Emprego, para uma outra subseqüente".

OS NÃO PROMOVIDOS

Continua Teobaldo: "Entretanto é bom se frisar que os servidores punidos, por reprovação ou suspensão, em E, e aqueles com interrupção de contrato de trabalho, não foram promovidos. Os restantes, com exceção do grupo magistério, terão a forma".

MAGISTÉRIO

"Este grupo não faz parte da análise médica da Progressão Funcional e sim do reposicionamento, que vem a ser uma alteração de enquadramento. Assim, o Plano de carreira do magistério tem legislação própria e não pela lei 8.336/78, que é o Plano de carreira comum. Sendo um tratamento especial, conforme Parâmetro 83/81, que estando no ex-Território os mesmos benefícios do grupo, propostos nos seus quadros federais. A cargo para esse pessoal será reposicionamento baseado em uma análise de seu nível na categoria funcional, ficando seus integrantes em graus que variam de 1 a 4, das classes em que foram classificados".

CRITÉRIOS DA PROGRESSÃO

Diz, mais: "Segundo orientações da Dúzia Federal, do Departamento de Pessoal do MINTER, cuja atuação é frente do DF em nível de grande escala para Rondônia, iniciamos nos trabalhos remando a todos os órgãos dos servidores a Ficha de Avaliação de Desempenho, onde o chefe avalia: Qualidade e Quantidade de Trabalho; Iniciativa e Cooperação; Assiduidade e Urbanidade; Pontualidade e Disciplina, além do item Anti-guerra com o qual desqualifica o total de pontos obtidos. Fustavam o tempo de serviço, quando necessário".

CARGOS DE DAS E DAI

"O chefe imediato — explica Teobaldo — dividida ao nível e número de serviços

em avaliação da mesma categoria, para que cada um receba conceito 1 (pontos de 75 a 90) na Ficha de Avaliação de Desempenho e conceito 2 (até 70 pontos na mesma Ficha). Em seguida a DBH — Departamento de Recursos Humanos do SEAD compila as Fichas, no caso de empate, usa o critério de desempate, através do tempo de serviço. Os servidores assumindo cargo de Direção e Assessoramento Superior — DAS ou Direção de Assessoramento Intermediário — DAI, são sujeitos de avaliação, a progressão é automática. Depois da avaliação geral, Dúzia Breves, do MINTER, faz o balanço e concede a progressão funcional a partir de setembro/82 para os do conceito 1 e, a partir de março de 83, para o conceito 2".

QUADRO E TABELAS EM EXTINÇÃO

"A Lei do Plano de Classificação, promulgada em 78, ainda na era Território e seus servidores subordinados ao MINTER. Com o advento do Estado, os mesmos servidores continuaram nos Quadros e Tabelas federais, em extinção do ex-Território e, assim, suas Quadros e Tabelas vão desmoronando em vista das apressadas, átilas, rápidas e sucessivas".

BENEFÍCIOS DO PLANO

"Os incluídos no Plano de Classificação tem uma série de vantagens não concedidas aos demais servidores. Entretanto, o governador Jorge Teixeira de Oliveira vem evidenciando esforços de proporcionar aos servidores da Tabela Especial (incluídos a partir de 05/07/78 até a eleição de Rondônia a Estado em 23/12/81 e em exercício no dia 31/12/81) os mesmos benefícios do Plano, também. A classe política atualista já vem se movimentando em defesa a lei Complementar 41/81, para modificar seu artigo 18, a fim de possibilitar esses benefícios. Os funcionários de Rondônia incluídos no Plano de Classificação, a cargo para, terão oportunidade de incrementos por progressão funcional".

MINTER

"Rondônia deu um agradecimento à equipe do MINTER, na pessoa de sua diretora do Pessoal, Dúzia Maria de Souza Breves, pela prestação dos atendimentos. Diga-se, de passagem, pelo prestígio do governador Teixeira naquele momento, finaliza o comentário Teobaldo.

FARMÁCIA DE PLANTÃO

DIURNO: Droguaria São João — Av. Carlos Gomes
NOTURNO: N. S. do Carmo — Av. Joaquim Nabuco nº 2090
Droguaria Menino Jesus — Rua Alexandre Guimarães nº 1178.
SEGUNDA — AMANHÃ
NOTURNO: Santa Mônica — Av. Pinheiro Machado nº 1325
Droguaria São Paulo II — Av. Kennedy (R. do Roque).



CINE RESKY —
18:30 e 21:15 — Livre
OS TRAPALHÕES
NA SERRA PELADA
CINE BRASIL — 21
18:30 e 21:15
DRACULA O VAM-
PIRO DO SEXO

LACHERDA CINERA-
RAMA — 18:30 e
20:30 18:30 e 20:30
RESGATE SUICIDA
22:30 18:30 e 20:30
— O BORDEL DOS
PRAZERES SS NA-
ZISTA

FEIRA PARA ROLIM

O deputado Zeca Marcolli (no PSD) em discurso realizado na Tribuna da Assembleia defendeu a necessidade de se destinar uma área para os feirantes do distrito de Rolim de Moura,

município de Caxias. O parlamentar situacionista manteve contato com o Prefeito Municipal, Josino Brito, oportunidade em que conduziu a reivindicação dos feirantes.

FAZENDA RIO MADEIRA S/A — FARM
COC/MF Nº 05.925-052/0001-92

2ª CONVOCAÇÃO

Por não ter sido realizada a Assembleia regularmente convocada para o dia seis de abril de mil novecentos e oitenta e sete, às 18:00 horas, por falta de número legal de acionistas, foram convocados os senhores acionistas da Fazenda Rio Madeira S/A. — FARM, em segunda convocação, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 14 de abril de mil novecentos e oitenta e três, às 15:00 horas, em sua sede social, sita na Fazenda Rio Madeira, Km 180 da BR 364, Munim Paraná, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. — aumento do atual capital social totalmente integralizado de Cr\$ 94.100.000,00 (noventa e quatro milhões e cem mil cruzeiros) correspondente a 94.100.000 (noventa e quatro milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas no valor nominal unitário de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 146.000.000,00 ou seja, um aumento no valor de Cr\$ 51.900.000,00 (cinqüenta e um milhões e novecentos mil cruzeiros), mediante subscrição particular de 51.900.000 (cinqüenta e um milhões e novecentos mil) ações ordinárias nominativas de valor nominal unitário de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), para integralização em dinheiro ou em créditos em conta corrente, a fim de atender à presente necessidade de capitalização da sociedade para atingir seus objetivos sociais, observadas as seguintes condições:

— preço de emissão das ações a serem subscritas: Cr\$ 1,10 (um cruzeiro e dez centavos), ou seja, com um ágio de Cr\$ 0,10 (dez centavos) por ação.

— integralização: à vista, na subscrição, em créditos em conta corrente ou em dinheiro.

— prazo para o exercício do direito de preferência: 30 dias contados da publicação de Aviso no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

— acionistas poderão, no ato da subscrição, protestar pela subscrição de eventuais sobras.

2. — consequentemente alteração do artigo 3º do Estatuto Social.

3. — Eleição para preenchimento de cargo vago do Diretor sem designação especial, e fixação da respectiva remuneração.

4. — Outros assuntos de interesse social.
Porto Velho, 07 de abril de 1983.
Luiz Augusto de Souza Queiroz Torres
Diretor Executivo

MISSAS

IGREJA HORÁRIO
Catedral (Centro) 6h30, 8, 17, 18h30 e 20.
N. S. Fátima (Areal) 6h30, 8, 20.
Rosário (Pedrinhas) 8 e 18.
S. João Bosco (S. João Bosco) 8 e 18.
São José (Floresta) 9h30.
Sta. Terezinha (Triângulo) Sagrada Família (Rodoviária) 8 e 19h30.
Todos os Santos (Rodoviária) 9h30.
N. S. Graças (N. S. Graças) 8, 17 e 20.
Dom Jesus (N. P. Velho) 17h30.
Espírito Santo (N. P. Velho) 18 horas.
S. Cristóvão (S. Cristóvão) 6h30, 8 e 18h30.
São Luiz (Ped. Chão) 8 e 18.
CULTOS

IGREJA HORÁRIO
Adventista de 7.º Dia
As 9:00, às 11:00, às 21:00 (7 de Setembro)
Assembleia de Deus
As 8:00, às 11:00, 19:30, às 21:00 horas.
(José de Alencar).
Igreja Evangélica do Olorio
As 8:00 às 9:00 às 11:00.
(Júlio de Castilho).
Presbiteriana
Fundamentalista
As 8:00, às 11:00, 19:00 às 21:00
(Brasília).
Igreja Presbiteriana
As 9:00 às 11:00 às 19:30.

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RONDONIA S/C LTDA.

Pelo presente instrumento particular, WILTON PELLUCIO, RG nº 9.758.113-9/SP-SP e CID nº 004.779.220-5 e HAROLD FUONKE, RG nº 5.493.485-SP-SP e CID nº 321.872.703-30, ambos sócios da ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RONDONIA S/C LTDA., constituída nesta cidade na Rua Gonçalves Dias, nº 82, com conteúdo documental arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Juízo Terceiro Federal de Rondônia, Comarca de Porto Velho, sob o nº da Ordem 10.825 Fls. 95 da Promessa, registrada sob nº de Ordem 1006 Fls. 198 do Livro A nº 8, com sua primeira Alteração Contratual devidamente registrada sob nº 1.101 Fls. 90 do Livro A nº 16/82, e a Segunda Alteração Contratual devidamente registrada sob nº de Ordem 12.181 Fls. 118 da Promessa, Registrada sob nº de Ordem 1.137 do Livro A nº 9 de 17/1/82, resolvem alterar a referida Contrato Social nos termos seguintes:

Cláusula 1ª: Retirada da sociedade o sr. HAROLD FUONKE, que tinha e mantém em 245 quotas no valor de Cr\$ 1.000,00 cada, no total de Cr\$ 245.000,00, aos senhores WILTON PELLUCIO e ELIZABETH MEDEIROS PELLUCIO, RG nº 126.386-SP-SP e CID nº 143.062.433-13, na seguinte proporção:

— Ao sr. WILTON PELLUCIO, 145 quotas no valor de Cr\$ 1.000,00 cada, totalizando a importância de Cr\$ 145.000,00.

3. — A srta. ELIZABETH MEDEIROS PELLUCIO, 100 quotas no valor de Cr\$ 1.000,00 cada, totalizando a importância de Cr\$ 100.000,00.

Cláusula 2ª: Passa a ser membro da sociedade a srta. ELIZABETH MEDEIROS PELLUCIO, com a cotação e transferência de sr. HAROLD FUONKE de 108 quotas no valor de Cr\$ 1.000,00 cada, totalizando a importância de Cr\$ 108.000,00, que passará a ser sua parte no capital social, já integralizada em crédito corrente da conta.

Cláusula 3ª: O capital no valor de Cr\$ 500.000,00, pertencente inicialmente, sendo que a distribuição será a seguinte:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL
WILTON PELLUCIO	145	Cr\$ 145.000,00
ELIZABETH MEDEIROS PELLUCIO	100	Cr\$ 100.000,00
TOTAL	245	Cr\$ 245.000,00

Cláusula 4ª: A gestão da sociedade será exercida única e exclusivamente pelo sr. WILTON PELLUCIO, sendo vedado o uso da firma em qualquer caso, financeiro e outro, sem a assinatura dos dois sócios.

5. — Quando de sua ausência, o sr. WILTON PELLUCIO poderá ser substituído por seu filho, Wladimir PELLUCIO.

Cláusula 6ª: Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato Social, de suas alterações que não colidirem com as da presente alteração.

7. — por acordo de pleno acordo, levam o presente em 04 vias de igual teor e teor, na presença de duas testemunhas.

Porto Velho, 24 de Fevereiro de 1983

WILTON PELLUCIO

004.779.220-5

HAROLD FUONKE

123.872.703-30

ELIZABETH MEDEIROS PELLUCIO

143.062.433-13

Alto Madeira

1. PELLER — COMERCIO E
REPRESENTAÇÃO LTDA.
XEROX e ENCADERNAÇÃO em
Geral
Traz para vocês a nova enca-
dernação de Espiral.
Representante exclusivo de
CAPAS E GARRAS PLÁSTICAS
R. Barão do Rio Branco n. 1

ÔNIBUS	EMPRESA	SAÍDA PARA	HORARIO
	UNIAO CASCAVEL	BR-364	4h30, 6, 8, 10, 12, 15h30, 18, 19h45, 20h30
	ANDORINHA ANDORINHA ANDORINHA ANDORINHA	HUMAITA MANAUS CUIABA MANAUS	8h30 16, 18 e 19h20 9, 14 e 16 17:00 (leilão)
	RONDONIA RONDONIA	ACRE GUAIARA MIRIM	6:00 e 22:00 12:00, 14:00 (leilão) 21:00 (normal-leilão)

AVIÕES	EMPRESA	CHEGA DE CUIABA	CHEGA DE MANAUS
	CRUZEIRO VASP	12:20 22:15	11:30 Saída p/Sul 01:50

DOMINGO SEM FUTEBOL

O desportista porto-velhense está impossibilitado de assistir jogos pela Taça Cidade de Porto Velho, hoje, devido à paralisação da competição para que a Seccção efetue as obras de recuperação do gramado do Alusão Ferreira. Não é só esta semana que o torcedor vai ficar sem futebol: a outra também, pois o período solicitado é de 15 dias, e que pode se alongar mais, caso persistam as chuvas.

Mesmo sabendo que um atraso agora pode afetar diretamente a segunda fase do campeonato estadual, que está programada para o mês de outubro, o diretor de futebol Antônio Nogueira, no entanto, garante que a melhor maneira de contornar este impasse é manter os jogos que estavam escalados para esta rodada, na reabertura do Alusão, pois assim não tira o brilho da Taça que começou bastante equilibrada. Portanto, a tabela vai continuar a mesma elaborada pelo departamento. Ipiranga X São Domingos e União X Cruzeiro, na reabertura da competição.

ENTUSIASMO

Para os diretores dos clubes, a paralisação pode tirar o entusiasmo do torcedor que já estava se acostumando a ir aos jogos. Porém, para os técnicos, vai contribuir bastante para o melhor entusiasmamento dos jogadores, pois a maioria veio de outras equipes. De todos os clubes, União e São Domingos são os mais beneficiados com isso. E os técnicos Chico Santos e Zézinho já anunciaram mudanças, sendo possível que os times apareçam completamente diferentes do que vêm jogando.

Agora, resta ao torcedor esperar um pouco para comprovar se a parada foi benéfica ou não para o futebol local, que ora passa por mais momentos áridos. O torcedor porto-velhense já está acostumado a esse tipo de espera.



Por causa da recuperação do gramado, a Taça Cidade de Porto Velho não apresenta jogos hoje.

Devido ao ginásio Cláudio Coutinho estar ocupado com a 1ª Feira de Tecnologia de Rondônia, o campeonato municipal de basquete não terá jogos hoje, ficando para o dia 17, com a realização de uma rodada dupla. Mesmo com esta parada, o presidente da FBB, German Moreira Pinto, garante que não vai

prejudicar e nem atrasar o campeonato, haja vista que só estava sendo realizado um jogo por semana, e na próxima haverá dois.

Os jogos da próxima semana são: Ferroviário X Sepren e Paulistano X Clube dos Libanenses.

Seleção

País de Gales aceita jogar com o Brasil em um domingo

Após jogar com o País de Gales no dia 12 de junho em Cardiff, o Brasil irá repetir uma antiga tradição de Grã-Bretanha. Como informado ontem em Cardiff, o secretário da Federação Galesa de Futebol, Alan Evans, essa partida será a primeira entre seleções a ser disputada em um domingo.

Conforme o anúncio anteriormente estabelecido pela CBF para a excursão da Seleção Brasileira, haverá um jogo no dia 9 com Portugal e outro dia 12 com a Alemanha. Os portugueses confirmaram a partida, mas os alemães cancelaram a partida. O Brasil obtinha a data para o País de Gales, que aceita, depois pedindo antecipação para dia 11, um sábado. Não houve concordância e o jogo foi confirmado para um domingo, dia reservado aos serviços (exceto aos em toda a Grã-Bretanha).

O jogo País de Gales x Brasil será iniciado às 15 horas (11 horas de Brasília) e será realizado no Ninian Park, um estádio para 45 mil espectadores.

Adrian, sede do clube Cardiff City. A partida poderia ser bem melhor se a partida fosse no estádio de Wembley, em Londres, mas Evans não quis providenciar a transferência de local.

— Não duvidamos que poderíamos jogar Wembley. Mas, não queremos sair de nossas fronteiras.

Em Lima, a presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, Teófilo Balinas, anunciou que a fase final da Copa América poderá ser disputada em um único país, conforme proposta do Paraguai e não mais em dois jogos — dois países diferentes — como estava programado. Neste ano, são três os grupos eliminatórios: I — Argentina, Brasil e Equador; II — Uruguai, Chile e Venezuela; III — Bolívia, Colômbia e Peru. Segundo a nova proposta, os campeões de cada grupo e mais o vencedor da última Copa América (o Paraguai) disputariam o título jogando em um único país.

TACA DE OURO TEM SEIS JOGOS HOJE E UM AMANHÃ

O campeonato brasileiro, Taça de Ouro, prossegue hoje com a terceira rodada. Serão realizadas seis jogos, ficando apenas uma para amanhã, em virtude de o Flamengo está disputando a Taça Libertadores da América, e o brasileiro.

JOGOS

As partidas de hoje são todas consideradas de clássicos, visto que ficaram classificadas as 16 melhores equipes do futebol brasileiro. Os vencedores de hoje estarão praticamente classificados para a outra fase da competição, pois cada clube vai jogar apenas três vezes. As partidas de hoje são:

Santos X Níctico, às 16 horas, na Vila Belmiro; Vasco da Gama X Palmeiras, às 17 horas, no Maracanã; Atlético-MG X América-RJ, às 17 horas, no Mineirão; Colorado X Atlético-PR, às 18 horas, no Couto Pereira; Ferroviário-SP X Grêmio, às 18 horas, na Fonte Lumina; Guarani X Corinthians, às 18 horas, no Brinco de Ouro.

Muito conte prestígio a abertura do 1º Torneio de Vôlei "Coroa Bom de Vôlei", deixando o coordenador Gilmário Pinheiro confiante no sucesso.



LEIA E ASSINE O ALTO MADEIRA

COMENTANDO



Símeão Tavernard

Aconteceu e ...esperado

A derrota do FLAMENGO para o Bolívar por 3:1 não surpreendeu ninguém. Não surpreendeu porque o time rubro-negro há muito tempo vem jogando "bolinha de gude". Principalmente depois que o Murinho e Andrade deixaram de jogar por contusão. Para complementar, Lico também foi afastado da equipe também por contusão. Para esses fatores, o Flamengo vem caindo de rendimento desde o então momento em que o Tita e Nunes foram negociadas. O negócio efetuado nada mais foi do que um "Atestado de Burrice" da Diretoria do Flamengo. Essa Cartolina ficou ainda uma que nos deixa de boca aberta. Voto

XXXX

Vamos fazer uma pequena análise do rendimento da equipe rubro-negra lá em La Paz, contra o Bolívar.

XXXX

Basil — não tem culpa nos gols que levou. Nada podia fazer. Sua saga detona que os atacantes finalizassem a vontade. Os dois primeiros GOLS foram em falhas criminosas de Moser e Figueiredo.

Leandro — no meu ponto de vista foi o único jogador do Flamengo que se salvou da mediocridade.

Figueiredo — jogou sem o menor sentido de neutralização e marcação. No seu setor os bolivianos deturaram e rolaram.

Moser — papel carbono de seu companheiro de sala. Nada fez de útil. Teve uma atuação abaixo da crítica. Vá jogar mal lá pra baixo da... Danon-se.

Júnior — A muito tempo vem jogando mal e mal. Depois que deu uma de compositor e cantor o seu futebol... desencantou. Joga atualmente à base do passado.

Zico — não passa por boa fase. Perdeu até o oportunismo. Acho que o peso da idade está tendo influência negativa no seu rendimento. O GALINHO de QUINTINO não é mais o jogador que encantava multidões com seus jogadas geniais.

Vitor — não disse o que foi fazer na cabeça de área. Nem arrou e nem deu arrou. Foi o pior jogador em campo jogou mais para o time adverso do que para o Flamengo.

Adílio — teve uma atuação abaixo da crítica. Errou passes e para completar perdeu gols feitos. Acho que deve se inscrever na "POLICIA". Tem tendência pra ser DELEGADO prende a bola em demasia. Sua bola está agulhinha a cor de sua epiderme... prefinha... preta.

Pelipe — Apenas saturação. Tem muito que aprender para poder jogar na ponta direita. Além de ser inexperiente abusa das fintas.

Baltazar — melhor teria se tivesse ficado lá pelos PAMPAS. Não rendeu absolutamente nada. Tanto não rendeu que foi substituído. O Nunes é melhor do que ele mil vezes.

Edson — com altas e baixas marcou um GOLÃO. Teve a sua atuação prejudicada com a péssima atuação de Júnior. Mesmo assim não fica no rol dos piões. Sua atuação pode ser considerada de — regular.

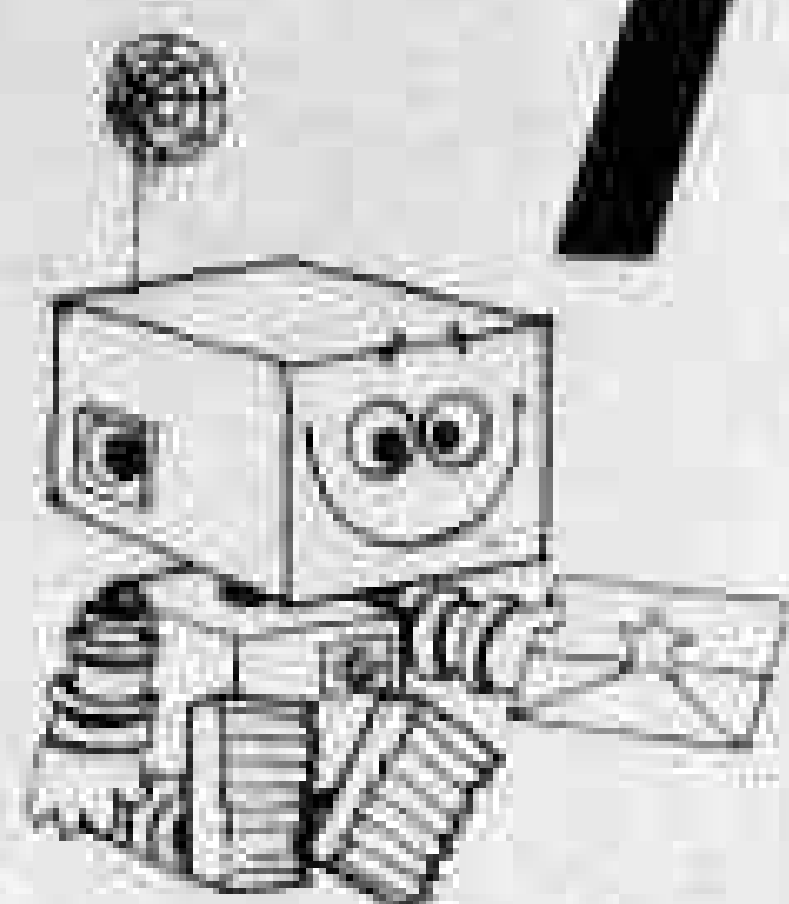


Depois do grande sucesso de ontem, na abertura dos jogos na quadra externa do Cláudio Coutinho, onde contou com uma imensa plateia, o Torneio Coroa Bom de Vôlei prossegue hoje com dois jogos: AMR X Estrela e Pico-pau Amarelo X MM — Os jovens.

As partidas serão realizadas no quadra de areia do Botafogo. Segundo o coordenador Gilmário Pinheiro os atletas mostraram que estão dispostos a brigarem pela primeira posição. "Eles deram uma aula de desportividade, e isso é bom para o engrandecimento do vôlei local, principalmente nesta nova meta que é a mesclagem dos dois sexos" —, ponderou.

Os jogos de hoje serão realizados no período da manhã, sendo que o primeiro está marcado para às 9 horas, entre AMR X Estrela. Azul e Pico-Pau Amarelo X MM — Os Jovens.

JORNAL DA



7th FLOW TEL

MUITO OBRIGADO, AMIGOS!

Quando se pensou em realizar uma Feira de Tecnologia em Rondônia, a expectativa de técnicos e empresários ligados à Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia — SIC-RO, era muito grande: afinal, um empreendimento deste nível era o primeiro em nosso Estado, que ainda começa a caminhar por seus próprios passos.

Mas, desde o início, contamos com forte apoio: do governador Jorge Teixeira, que sempre nos impulsionou e deu campo aberto para que conseguíssemos desenvolver o trabalho; do Cebroec, do CNPq e da Finep, entidades que através de seus setores especializados nos proporcionaram os meios necessários para que pudessemos transformar este sonho em realidade.

E, agora que estamos concluindo todo este trabalho

pioneiro, fica o estímulo e a certeza de que estamos no caminho certo, em busca de meios que permitam o desenvolvimento tecnológico estadual. E isto se deve também ao empenho e ao esforço de todos vocês que aqui vieram, de Porto Velho, do interior, de outros Estados.

Permitam-nos agradecer, à Secet que proporcionou o Circo Cultural. Muito obrigado Cibrazem, Sucam, Ceme, MS/DNES/INAN, Senac, Dnaee/CPRM, UFPEL, Funpec, Ufac, Nuppa/UFPB, Hering/Terra Nova, Mobrai, Saduc, Nutec/Proegg, Fetep, Jart, Cepiac, Sudheved/MIO, Embrapa, Embrater/Acter-RO, Inpe/CPPF, IBDF, Codaran, Teleron, DER-RO, Ceron, Cjerd, Cebroec/Ceag, Sudec, Embratel, CNPq, Finep, Utam, Unir, Senoi, UFPA/Fadap!

Até o próximo

PORTOMAQ LTDA.

MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO DOS COMPUTADORES PROLÓGICA

RUA ABUNÃ 878. FONES 221 2656 221-2579 PORTO VELHO - RO

Um dos stands mais visitados da Rontec, sem qualquer dúvida, é o do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que trouxe uma equipe de técnicos e pesquisadores, com destaque para o fruticultor paulista, também para os vários processos de aproveitamento de frutas regionais.

Inpa - pesquisa de setores amazonicos



A Amazônia constitui-se em um grande depósito de inúmeras espécies frutíferas. No entanto, poucas são conhecidas e difundidas nos centros urbanos da região. Na atualidade, uma grande parte dos frutos aqui consumidos são trazidos de outras regiões, os quais devido aos altos custos de transporte e taxas são vendidos a preços bastante elevados. Desta forma, a população mais carente de recursos financeiros marginalizada, uma vez que seu poder aquisitivo não permite obter tais produtos. É diante deste enfoque que necessitamos buscar, dentro de nossa região, formas alternativas para suprir a importância de frutos, uma vez que possamos uma diversidade bastante acessível.

A Divisão de Fruticultura do Departamento de Ciências Agrárias do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA há 7 anos vem desenvolvendo pesquisas com frutas regionais. E atualmente, conta com lista bastante significativa de espécies potencialmente produtivas e de alto valor nutritivo.

Um dos entusiastas da Rontec, o governador Jorge Teixeira nas vezes que foi aos stands, sempre procurou se inteirar de todos os detalhes do material exposto.



Em 1982, Rontec desenvolveu 102 mil toneladas de cacau.

Rondônia é hoje o maior produtor de cacau do Pólo Amazônico, isso sem se levar em conta que a maioria das plantas ainda não atingiu sua fase produtiva, o que só ocorre depois do quarto ano de cultivo. Para que a atividade cacauífera do Estado continue crescendo em velocidade cada vez mais acelerada, a CEPLAC produz, em sua Estação Experimental, as sementes que proporcionam esta expansão. Somente em 1982 foram distribuídas seis milhões e 600 mil sementes.

Hoje já são 41 mil hectares plantados, dos 60 mil previstos no Programa Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional, o Procacau. Um total de 2.438 agricultores recebem assistência técnica da CEPLAC. É a força do trabalho despendido que faz com que a cacauicultura rondoniense de hoje seja cada vez maior. É bom que se saiba que, partindo do zero, a produção de cacau do Estado alcançou, em 1979, a marca de 735 toneladas do produto, para atingir, em 1982, 7.500 toneladas, num aumento de mais de 1.000 por cento.

JORNAL DA 1.ª RONTEC
RESPONSÁVEL: Secretário de Estado da Saúde
Márcia Cristina C. T. T. — Saúde
SECRETÁRIO: Reginaldo Viana de Vasconcelos
COORDENAÇÃO: Silvio Pires — Secretário de Saúde
Márcia Cristina C. T. T.
Endereço para correspondência:
Secretaria de Estado da Saúde, Comissão
Cidade e Tecnologia
Av. Kennedy s/nº — 1.ª. Andar —
Fato: Velloso — Cep: 6800
Montado, impresso e tirado pela Editora
"Aqui Madureira" — Drenada — F. Velloso

NA RONTEC
UMA
OPORTUNIDADE
PARA SE
VER O
QUE HA
DE NOVO
NO CAMPO
DE PESQUISA

Estrutura Distribuição racional ampliou Ginásio

Toda a estrutura da Rontec, tanto os boxes onde se encontram os stands quanto o carpete que protege o piso do ginásio, até mesmo a cobertura dos stands, eliminou a sensação de espaço vazio que ficaria para o visitante da Feira. Toda esta estrutura foi trazida pela EPI — Consultoria e Planejamento Ltda., empresa conveniada com a Finep, uma das entidades que patrocinam a Feira.

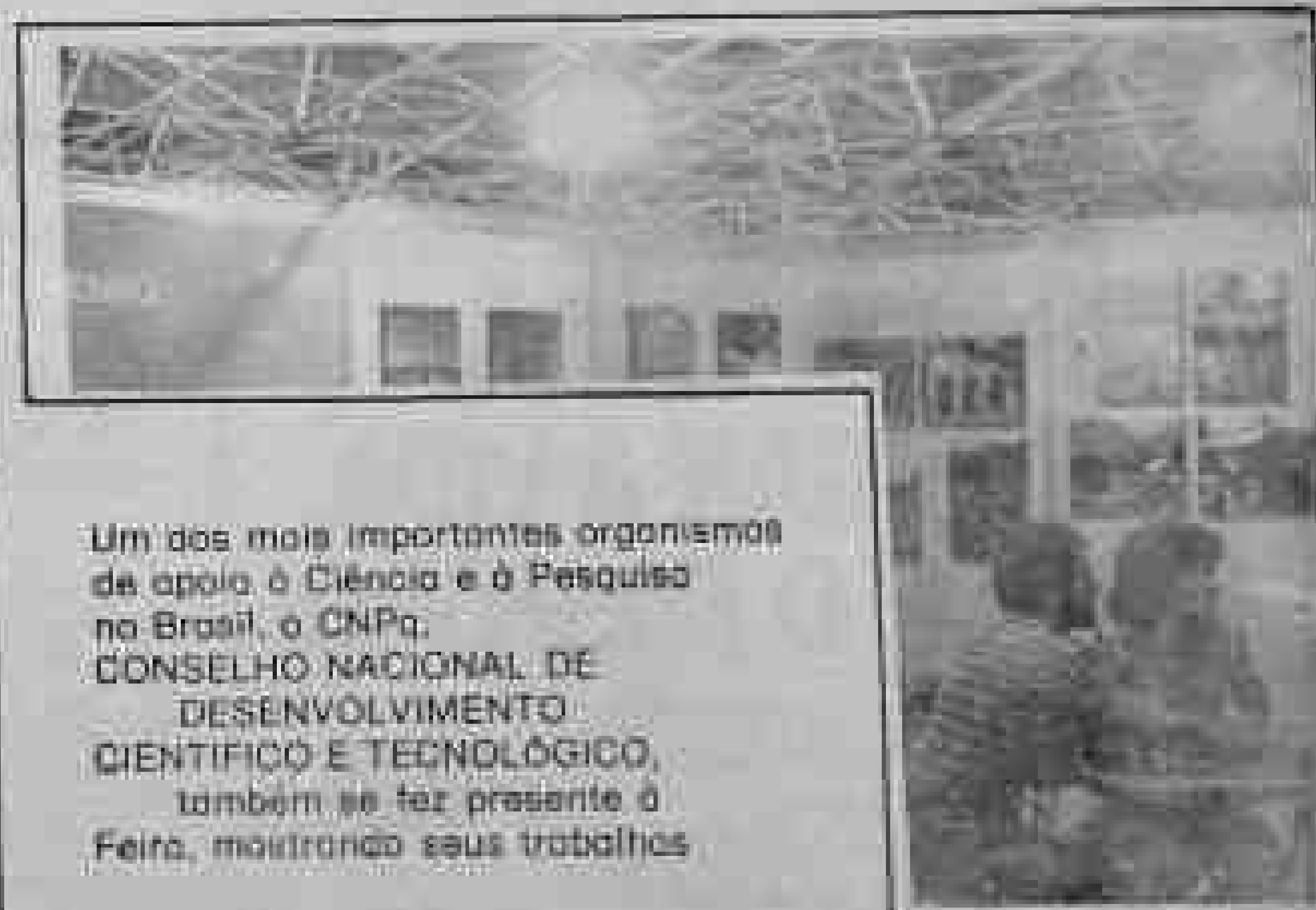
UEPa, tem a
Fadesp, para
atuar na área de
Desenvolvimento

A Universidade Federal do Pará, visando dar continuidade ao seu processo de expansão da estrutura, e considerando a Fapsp uma atividade essencial à vida da UFPa, decidiu, mediante a necessidade de instituir uma entidade que por sua flexibilidade administrativa e dinâmica operacional, atuasse como suporte ao desenvolvimento desta atividade.

As principais atividades dentro da Fapsp, compreendem aquelas relacionadas com a investigação mais permanente e sistemática, com forma mais produtiva e rápida de obtenção de pesquisas, isto, para tanto, necessita de infraestrutura administrativa e técnica logística e financeira que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas.

Assim, criou-se a FADSP — Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas em novembro de 1977 e instalada em janeiro de 1978, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, das entidades patrocinadoras da Feira de 1982, contando com a Fapsp, mas como de fato, pelo Instituto de Pesquisas Científicas do Pará, da Amazônia e Nacional.

RONTEC — UMA EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO!



Um dos mais importantes organismos de apoio à Ciência e à Pesquisa no Brasil, o CNPq, CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, também se fez presente à Feira, mostrando seus trabalhos.

NA RONTEC VOCÊ CONHECE A TECNOLOGIA AMAZÔNICA

A AMAZÔNIA DISCUTE A CIÊNCIA NA 1.ª RONTEC

FETEP - tecnologia para a Indústria Madeireira

Criada em 1973, com sede em São Bento, Santa Catarina, a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa — Fetep, dedica-se a desenvolver estudos, pesquisas e projetos relacionados com a aplicação de tecnologia, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e produtivos, com prioridade para o setor madeireiro. É a Fetep já veio entre a Febr e Rondônia, trazendo uma enorme experiência para os contatos com empresários do setor, duas vezes no ano passado.

Convite para Fetep, a entidade catalisa esforços internos a Rondônia, desta feita para participar da I Feira de Tecnologia — I Rontec, com uma equipe composta por um consultor, Wilson João Bruni, e dois engenheiros Roberto Farinhuque (Florestal) e Jorge Cava Daltro (Mecânico). Segundo Wilson, a Rontec está muito acima das expectativas que foram previstas e tem sido muito grande o interesse dos

empresários da área madeireira, não só para o material à mostra mas, também, para novas técnicas de tratamento da matéria-prima, visando seu aproveitamento total.

Na Fetep, um dos setores mais importantes é o Centro de Desenvolvimento da Indústria Madeireira, que tende de congregar os interesses da área visando de intermediação junto aos órgãos Municipais, Estaduais e Federais de financiamento e política tecnológica.

Segundo o secretário-geral da SIC, Sérgio Peres, o Governo de Rondônia está estruturando um comitê, via Carg, com a Fetep visando modificar a situação da entidade catarinense junto à área Madeireira rondoniense, onde a Fetep já dá apoio para 17 empresas na capital e no interior, especialmente em Vilhena.

Máquinas simples mas de grande importância tecnológica estão expostas no Rontec, com enorme aceitação pública e interesse dos empresários do setor. E estarão a mostra até hoje à noite.



NA RONTEC VOCE ENCONTRA UM FARTO MATERIAL PARA PESQUISA E ESTUDOS EM ÁREAS IMPORTANTES PARA O CRESCIMENTO DE RONDONIA!



O IBDF
TAMBÉM ESTÁ
NA RONTEC

EM VEZ DE APAGAR A VIDA, APAGUE O FÓSFORO.

Pense nisso antes de provocar uma queimada. Evite prejuízos econômicos e sociais para você e sua região. E se você pratica camping, também pode ajudar tomando muito cuidado com fogueiras e fogareiros.



SENAC — UMA DUPLA INCUMBÊNCIA



Com a dupla incumbência de assegurar aprendizagens à menores adolescentes e qualificação e aperfeiçoamento a adultos já empregados no trabalho, surgiu a 10 de Janeiro de 1946 o Senac.

Para execução de seus programas, funciona o SENAC apoiado numa estrutura técnico-administrativa que compreende o Departamento Nacional, órgão de coordenação, Departamentos Regionais e Delegacias do Departamento Nacional, unidades executivas localizadas nos diferentes Estados e Territórios da Federação. A Instituição, de direito privado, é conduzida por um Conselho Nacional composto pelos dirigentes das Administrações Regionais e do qual fazem parte representantes dos Ministérios do Trabalho e da Educação e das Classes Trabalhadoras. Integra o SENAC o Conselho Federal de Administração, a quem compete estabelecer as normas e diretrizes da política nacional de formação de mão-de-obra no país.

A AMAZÔNIA DISCUTE A CIÊNCIA NA I RONTEC

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A

BERON

Aos quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:30 horas (nove horas e trinta minutos), reuniram-se as pessoas que subscrevem esta ata, todos subscritores do capital inicial, com o objetivo de constituir o Banco do Estado de Rondônia Sociedade Anônima-BERON, sociedade anônima de economia mista, no auditório do Palácio Presidente Vargas sito na avenida Dom Pedro II, número seiscentos e oito (608), nesta cidade de Porto Velho-RO. O Incorporador do Banco do Estado de Rondônia S/A-BERON, se senhor Francisco Janes Fontenele Felício, designado pelo Decreto número trezentos e dezesseis (316) de vinte e seis (26) de julho de um mil novecentos e oitenta e dois (1982), após compor a mesa com as autoridades presentes apresentou documento do Banco Central do Brasil autorizando a criação do Banco do Estado de Rondônia S/A - BERON, e passou a Presidência da Assembléia Geral de Constituição do Banco do Estado de Rondônia S/A-BERON, ao Dr. César Augusto Ribeiro de Souza, representante do Estado de Rondônia designado pelo Decreto número novecentos e noventa e seis (996) de vinte e oito (28) de março de um mil novecentos e oitenta e três (1983). O Presidente da Assembléia convocou-me a mim, Antônio Adelino Gurgel do Amaral, brasileiro, casado, Engenheiro Operacional Civil, inscrito no C.P.F. sob nº 013.722.462-15, residente e domiciliado nesta cidade na rua Marechal Deodoro, 3045, na condição de subscritor de parte do capital social para secretariar a reunião. Em seguida o Presidente analisou todos os boletins de subscrição e constatou que o capital social fora totalmente subscrito. Verificado que o "quorum" legal para a instalação da assembléia estava presente, o Presidente procedeu à leitura dos editais de convocação da Assembléia Geral de Constituição do Banco do Estado de Rondônia S/A-BERON, os quais foram publicados no Diário Oficial do Estado nos dias vinte e cinco (25), vinte e oito (28) e vinte e nove (29) de março de um mil novecentos e oitenta e três (1983) e declarou legalmente instalada a assembléia geral de constituição do Banco do Estado de Rondônia S/A-BERON. Passou, logo após, à leitura dos recibos dos depósitos das subscrição do capital. O Presidente, então generalizou os debates, para que os subscritores presentes deliberassem sobre a constituição do Banco, o que foi assente por unanimidade. À discussão, após, levou-se o projeto de estatuto e o regimento interno da carteira de desenvolvimento, os quais foram aprovados nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL

Art. 1º - O BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A, (BERON), criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 20 de 28 de julho de 1982, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista, rege-se pela disposto neste Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único - O Banco tem prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - O Banco tem sede e foro na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, e poderá, também, manter Agências, Representações e correspondentes em outras regiões do País e no Exterior.

Art. 3º - O Banco tem por objetivo social a prática de todas as atividades e operações previstas em Lei para bancos comerciais e de desenvolvimento e, especialmente as voltadas para:

- a) desenvolvimento da agropecuária estadual, mediante a concessão de créditos para custeio, investimento e comercialização, diretamente ou por intermédio de cooperativas, ou através de assistência técnica e garantia de preços mínimos;
- b) construção e instalação de silos e armazéns, inclusive frigoríficos nos centros de coleta e distribuição, e de usinas de beneficiamento e industrialização de produtos da Região que concorram para o desenvolvimento e estabilidade da produção agropecuária;
- c) desenvolvimento e implantação de indústrias, inclusive artesanais e domésticas, que empreguem matérias-primas locais, ocupem populações com maior produtividade ou sejam necessárias à elevação de seus níveis de consumo básico;
- d) formação de capital fixo e de trabalho em empreendimentos industriais, agroindustriais, agropecuários, de pesca, reflorestamento e turismo, que objetivem o aumento da produção e da produtividade regionais, através da implantação de novas empresas ou reaparelhamento, expansão e realocação das existentes;
- e) participação como agente promotor e financeiro dos programas governamentais nas áreas de habitação, saneamento básico e de desenvolvimento de serviço comunitário.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

Art. 48 - No exercício de suas atividades está o Banco autorizado

a)

a) atuar como agente financeiro do Estado na contratação de empréstimos internos e externos necessários ao financiamento dos seus programas de obras públicas;

b) conceder empréstimos a Municípios, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Cooperativas e Empresas Concessionárias de serviços públicos, para financiamento de investimentos programados;

c) garantir créditos concedidos, no País e no Exterior, em benefício de empreendimentos realizados em sua área de atuação.

Art. 50 - No exercício legal para aplicação de opções por incentivos fiscais decorrentes de deduções do Imposto de Renda devido, o Banco poderá participar de outras sociedades, obedecidas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 60 - O capital social inicial do Banco é de R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE CRUZEIROS), dividido em 1.000.000.000 (UM BILHÃO) de ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (UM CRUZEIRO) cada.

§ 1º - O Estado de Rondônia deterá no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações do Banco com direito a voto.

§ 2º - O Banco poderá emitir títulos múltiplos de ações facultado ao acionista o direito de, em qualquer tempo, pedir-lhe o desdobramento, ou exigir títulos de ações simples, pagando pela emissão e conversão dos títulos o custo dos serviços executados pelo Banco.

§ 3º - As ações, em cédulas e títulos múltiplos que as representam, serão assinadas por dois diretores.

§ 4º - As ações são indivisíveis em relação à sociedade e cada ação ordinária com direito a voto corresponderá a um voto nas deliberações de Assembleia Geral.

§ 5º - Das acionistas constituídas em mora serão cobrados juros legais e multa de valor não superior a 5% (cinco por cento) do valor da prestação em entrada.

Art. 70 - O capital do Banco será aumentado:

a) - por deliberação da Assembleia Geral Ordinária para correção da expressão monetária do seu valor, em atendimento ao artigo 167 da Lei das Sociedades por Ações;

b) - por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, todas as vezes que for convocada para esse fim, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 80 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) - reformar o estatuto social;
- b) - eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c) - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- d) - suspender o exercício dos direitos dos acionistas;
- e) - exercer outros poderes conferidos pela Lei.

Art. 90 - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente, até o último dia do mês de abril, com o objetivo de:

- I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos;
- III - eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, quando for o caso e fixar-lhes as respectivas remunerações;
- IV - aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Art. 10 - Compete ao Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, na forma prevista neste Estatuto.

- § 1º - A Assembleia Geral poderá também ser convocada:
- a) - pelo Conselho Fiscal, na hipótese da alínea "e" do Art. 34.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

b) - por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em Lei e no Estatuto.

§ 29. A convocação da Assembleia Geral será feita mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de Rondônia e em jornal de grande circulação da cidade de Porto Velho, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do Estatuto, a especificação da matéria que será objeto da deliberação.

§ 30. A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a Assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 11. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto podendo instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 12. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Banco, que convidará dois acionistas para Secretários.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13. O Banco será administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, integrados de brasileiros residentes no País, não podendo participar da administração, além dos impedidos por lei, todos aqueles que, diretamente ou na qualidade de sócios ou dirigentes de empresas:

- participem de sociedade em mora para com o Banco;
- haja causado prejuízo ao Banco ou lhe forem devedores;
- tenham liquidado os seus débitos junto ao Banco depois de cobrança judicial;
- tenham participado, como diretores ou dirigentes, de empresas ou sociedades, que, nos cinco anos anteriores, estiveram em situação de inadimplência para com o Banco.

Parágrafo Único - Não poderá participar de qualquer órgão da administração do Banco o sócio, ascendente, descendente, ou parente, colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro integrante de órgão de administração da entidade.

Art. 14. O Presidente do Conselho de Administração e os Conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral e os diretores, pelo Conselho de Administração.

§ 19. Os membros do Conselho de Administração serão obrigatoriamente acionistas do Banco.

§ 20. Os Conselheiros e Diretores devem declarar, ao firmar o termo de posse, o número de ações e opções de compra de ações do Banco de que sejam titulares.

S E C Ç Ã O I

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 15. A orientação geral da política administrativa e operacional do Banco será fixada pelo Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, composta de quatro membros e respectivos suplentes.

§ 19. O Presidente do Conselho de Administração, eleito na forma da lei, exercerá a Presidência da Diretoria Executiva.

§ 20. A eleição dos demais membros do Conselho de Administração, e respectivos suplentes, será feita pela Assembleia Geral e deverá recair em pessoas naturais, acionistas, que, além dos requisitos legais exigidos para o cargo, confiram ao órgão representatividade:

- da Secretaria de Fazenda do Estado;
- da Secretaria de Planejamento do Estado;
- dos Acionistas Minoritários.

§ 30. Os membros do Conselho terão mandato de três anos, permitida a reeleição.

§ 40. O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

Art. 16. Considerar-se-á investido no cargo o Conselheiro que, após obtida a aprovação do Banco Central do Brasil, na forma das normas em vigor, assinar o respectivo termo no livro de Atas de Reuniões do próprio Conselho de Administração.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

Parágrafo Único - Tornar-se-á sem efeito a eleição do Conselheiro que deixar de assinar o termo de posse no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do que trata o parágrafo anterior, salvo motivo de força maior, justificado e aceito pelo Conselho de Administração.

Art. 17. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, seu pre que julgado conveniente ou necessário.

§ 1º. As reuniões serão convocadas pelo Presidente, através de comunicação escrita dirigida a cada Conselheiro, com antecedência mínima de 48 horas, ou coletivamente, ao final de cada reunião.

§ 2º. O Conselho de Administração somente poderá reunir-se com a presença do seu Presidente ou de seu substituto e de mais 3 (três) de seus membros, e deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

Art. 18. Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de comparecer, sucessiva ou alternadamente, a duas de suas reuniões de qualquer caráter.

Parágrafo Único - A licença a que se refere o parágrafo anterior será concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 19. Ocorrendo vacância de cargo, a substituição será feita pelos suplentes respectivos.

Parágrafo Único - No caso de vacância no cargo de Conselheiro, o substituto será eleito em Assembleia Geral a ser convocada, dentro de 30 (trinta) dias contados da data que tem ocorrido a vacância, assumindo o novo Conselheiro esse cargo até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes.

Art. 20. Compete ao Conselho de Administração:

- a) - fixar a orientação geral dos negócios do Banco;
- b) - eleger e destituir os diretores do BANCO e fixar-lhes as atribuições, observando os presentes Estatutos;
- c) - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos do BANCO, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- d) - convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral Extraordinária;
- e) - manifestar-se sobre o relatório de administração e contas da Diretoria Executiva;
- f) - deliberar sobre a instalação de agências e representação;

g) - conceder licença aos seus membros;

h) - aprovar ou alterar o seu Regimento Interno e o da Diretoria;

i) - manifestar-se, previamente, sobre contratos de alienação ou aquisição de bens do ativo permanente de valor superior a 3% (três por cento) do capital social do Banco e bem assim sobre qualquer operação de crédito ou de prestação de garantias de valor superior a 10% (dez por cento) do mesmo capital;

j) - escolher e destituir os auditores independentes.

Art. 21. Os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes, não farão jus a remuneração a qualquer título.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

Art. 22. A direção dos negócios do Banco e a prática dos atos necessários ao seu normal funcionamento é da competência da Diretoria, que será integrada por 4 (quatro) membros, a saber:

- I - Presidente;
- II - Diretor Financeiro;
- III - Diretor Administrativo;
- IV - Diretor de Operações.

§ 1º. Os Diretores terão mandatos coincidentes de 3 (três) anos, admitida a reeleição;

§ 2º. O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros;

§ 3º. Em caso de vaga, a designação do Diretor, com exceção do Presidente, será da competência do Conselho de Administração;

§ 4º. O Diretor eleito para preencher vaga ocorrida no curso do mandato completará o período interrompido.

Art. 23. Compete à Diretoria:

- a) - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) - autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, a transação, a desistência e a renúncia de direitos, a alienação de outros bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, ressalvada a competência do Conselho de Administração de que trata o Art. 20, alínea "i";

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

c) - aprovar as normas básicas de organização e estrutura do Banco, podendo fixar normas e delegar poderes;

d) - estabelecer as normas gerais das operações;

e) - fixar condições e taxas de juros para depósitos e empréstimos, bem como as comissões e taxas de serviços, respeitados os limites legais e regulamentares;

f) - disciplinar as atribuições gerais dos membros da Diretoria, fixando-lhes alçadas de decisão, inclusive para deferimento de crédito;

g) - fixar o quadro de pessoal, criar e extinguir cargos ou funções, determinar vencimentos e vantagens, estabelecer normas de admissão, através de concurso ou contrato, e aprovar o Regulamento de Pessoal;

h) - elaborar e apresentar em cada exercício o relatório de atividades do Banco, acompanhado do balanço patrimonial e das demonstrações dos resultados do exercício, lucros ou prejuízos acumulados e origens e aplicações de recursos, e bem assim da proposta de distribuição de dividendos, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

i) - aprovar os planos e orçamentos semestrais, anuais e plurianuais, para operações e atividades administrativas;

j) - propor ao Conselho de Administração a criação, supressão, localização e realocação de Agências ou representações, observando o disposto neste Estatuto;

k) - autorizar, quando de sua alçada, a realização de operações, observando, se for o caso, o pronunciamento do Conselho de Administração, na hipótese de que trata a alínea "i" do art. 20 deste Estatuto;

l) - distribuir e aplicar os lucros apurados, nos termos deste Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral;

m) - propor ao Conselho de Administração a perda do mandato de Diretor, na hipótese do Art. 24 deste Estatuto;

n) - autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, no País e no exterior;

o) - autorizar "ad referendum" da Assembleia Geral o pagamento de dividendos, após o levantamento de cada balanço semestral;

p) - propor à Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital do Banco, ouvido o Conselho de Administração;

q) - resolver os casos extraordinários ou omissos;

§ 19. É facultado ao Presidente, em situações excepcionais e de urgência, nos casos abrangidos na alínea "i" deste artigo, a aprovação de operações "ad referendum" da Diretoria; nessa hipótese, a homologação da decisão, por parte da Diretoria, deverá ser obtida dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 24. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que a urgência do assunto o exigir.

§ 19. As reuniões serão convocadas pelo Presidente em exercício.

§ 20. A diretoria só poderá deliberar com a presença do Presidente em exercício e de 2 (dois) Diretores, no mínimo.

§ 30. Perderá o cargo o Diretor que deixar de comparecer sucessiva ou alternadamente, a duas reuniões de Diretoria, sem motivo justificado.

§ 40. Incurrerá em mesma penalidade o Diretor que deixar de exercer o cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem licença da Diretoria.

Art. 25. A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

Art. 26. Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do órgão respectivo.

Art. 27. Nos impedimentos, serão substituídos:
I - O Presidente - até 30 (trinta) dias pelo Conselheiro que o substituiu no Conselho de Administração;

II - Cada um dos demais Diretores, pelo Diretor que o Presidente designar.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

Parágrafo Único - Em caso de vacância o substituto temporário se nã escolhido pela Diretoria e exercerá o cargo, cumulativamente com a função de que o substituto for titular, até a escolha do definitivo pelo Conselho de Administração.

Art. 28. O Presidente e cada um dos Diretores perceberão os honorários fixados pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Art. 29. Os Diretores caucionarão no ato da posse e para garantia da responsabilidade de sua gestão 300 (trezentas) ações do BANCO, próprias ou de outrem, só podendo levantá-las após haver deixado o cargo e terem sido aprovadas as contas da Diretoria de que faziam parte.

Art. 30. Compete ao Presidente:

- a) - supervisionar, coordenar e dirigir os negócios do Banco, zelando pelo desempenho harmônico das Diretorias, mediante exercício de controles que visem a assegurar o cumprimento fiel das atribuições da Diretoria do Banco;
- b) - supervisionar, coordenar e controlar a execução dos planos de ação do Banco e respectivos orçamentos de aplicações, receitas e despesas, zelando pelo cumprimento das diretrizes, metas e prioridades fixadas pela Administração;
- c) - representar o Banco, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, para tal fim, constituir procuradores e designar prepostos;
- d) - designar, na forma indicada no Art. 27 deste Estatuto, o substituto do Diretor, quando de impedimentos temporários;
- e) - presidir as Assembleias Gerais, as reuniões do Conselho de Administração e as sessões da Diretoria e dar execução às suas deliberações;
- f) - supervisionar os órgãos que exercam atividades de assessoria técnica, de planejamento, jurídico e de relações públicas;
- g) - admitir, promover, punir, dispensar e demitir empregados nos termos do regulamento de pessoal do Banco;
- h) - controlar obras e serviços, supervisionar as atividades de auditoria interna e inspeção, podendo delegar poderes;
- i) - contratar empréstimos internos e externos para repasse a terceiros;

j) - delegar poderes a servidor do Banco, em efetivo serviço, para a prática de atos administrativos de sua competência;

l) - vetar deliberações da Diretoria, podendo determinar reexame do assunto;

m) - convocar a Assembleia Geral, por deliberação do Conselho de Administração;

n) - apresentar ao Governador do Estado relatório sobre as atividades do Banco até o dia 31 de janeiro do ano subsequente ao encerramento do exercício social;

o) - submeter à Assembleia Geral Ordinária relatório sobre as atividades do Banco e sobre a gestão do Conselho de Administração e da Diretoria, acompanhado de pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes.

Art. 31. Ocorrendo a hipótese prevista na alínea "l" do artigo precedente, dois diretores, pelo menos, inclusive os ausentes à sessão, poderão recorrer do veto do Presidente do Banco ao Conselho de Administração, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do veto, instruindo o recurso com cópia da deliberação e do veto respectivo.

Art. 32. Aos demais Diretores, isoladamente, compete:

- a) - apresentar à Diretoria do Banco os planos anuais e plurianuais e os orçamentos anuais e semestrais de aplicações, receitas e despesas de suas respectivas Diretorias;
- b) - apresentar ao Presidente, nos prazos fixados, os relatórios semestrais de suas atividades;
- c) - praticar atos normais de administração que não colidam com as atribuições específicas de outro componente da Diretoria do Banco;
- d) - coordenar e controlar os serviços compreendidos na esfera de atuação de seus respectivos órgãos observadas as normas de alçada, competência e atribuições fixadas neste Estatuto ou pela Diretoria do Banco;
- e) - decidir, juntamente com os demais Diretores, sobre os negócios e atividades do Banco previstas neste Estatuto;
- f) - propor à Diretoria a fixação, redução e alteração de limites de alçada e de aplicação dos recursos pertinentes às suas carteiras;

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

- g) - assinar, juntamente com outro Diretor, as ações ou cautelas e títulos múltiplos que as representem;
- h) - exercer outras atividades de interesse do Banco que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 33. O Banco terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros e de suplentes em igual número, todos brasileiros, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, e permitida a reeleição.

§ 1º. Respeitados os impedimentos legais, somente podem ser eleitos membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargos de administrador da empresa ou de conselheiro fiscal.

§ 2º. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, da lei das Sociedades por Ações, membros de órgãos de Administração, empregados do BANCO e cônjuge ou parentes afins até o terceiro grau, de administradores do BANCO.

§ 3º. Os membros do Conselho Fiscal, inclusive os suplentes, exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

§ 4º. Na composição do Conselho Fiscal, um dos seus membros, e respectivo suplente, serão eleitos em votação em separado, pelos acionistas minoritários.

§ 5º. A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal que se encontrarem em exercício será correspondente a 0,1 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada membro da Diretoria.

Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) - Fiscalizar os atos da administração;
- b) - opinar sobre o relatório anual de administração;

- c) - opinar sobre propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social e distribuição de dividendos;
- d) - denunciar aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do Banco, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que apurar e sugerir as medidas cabíveis;
- e) - convocar a Assembleia nos casos previstos na Lei e neste Estatuto;
- f) - analisar, pelo menos trimestralmente, o balanço e demais demonstrações financeiras do Banco;
- g) - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Art. 35. A função do Conselheiro é indelegável e as atribuições e os poderes conferidos pela lei ao Conselho Fiscal não podem ser outorgados a outro órgão.

Art. 36. Em caso de vaga ou de licença por mais de 2 (dois) meses, será o cargo de Conselheiro ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Banco.

Parágrafo Único - Perde o mandato o membro do Conselho Fiscal que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 4 alternadas.

Art. 37. Os Conselheiros efetivos elegerão seu Presidente e respectivo substituto.

§ 1º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente sempre que julgado conveniente, em atendimento a convocação do seu Presidente, do Presidente do Banco, ou de 2 (dois) de seus membros. A convocação feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, deverá indicar com precisão a matéria a ser examinada.

§ 2º. As deliberações e pronunciamento do Conselho Fiscal serão lavradas no livro "Atas e Pareceres do Conselho Fiscal".

§ 3º. O Conselho Fiscal reunir-se-á com um mínimo de dois conselheiros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 38. Os Membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, em que se deliberar sobre assuntos em que devam opinar (alíneas "a", "c", e "d" do art. 34).

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

Parágrafo Único: - O Conselho Fiscal far-se-á representar, através de pelo menos um de seus membros, nas reuniões da Assembleia Geral e responderá aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

CAPÍTULO VI

DAS OPERAÇÕES

Art. 39. O Banco poderá efetuar todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias que forem permitidas para bancos comerciais e bancos de desenvolvimento.

Art. 40. Incluem-se entre as funções do Banco:

- a) - receber depósitos em dinheiro, a prazo fixo ou em conta corrente, com ou sem juros;
- b) - abrir créditos simples ou em conta corrente, mediante garantias reais ou fidejussórias;
- c) - descontar letras de câmbio, "warrants", duplicatas, notas promissórias e outros títulos representativos de legítimos efeitos comerciais;
- d) - proporcionar crédito especializado, ou de desenvolvimento a médio e longo prazo, com garantias específicas, e outras medidas de amparo às atividades agro-pecuárias e industriais e de serviços, periodicamente o Banco destinará às operações de desenvolvimento a dotação mínima de 25% de seu capital realizado e reservas livres a fim de constituir em fundo operacional para atividades de fomento do setor;
- e) - realizar operações de empréstimos ou descontos, em benefício de municípios, autarquias ou sociedades de economia mista do Estado de Rondônia, para as finalidades previstas no art. 40 e desde que garantidas, obedecidas a legislação e as normas do Banco Central;
- f) - conceder empréstimos a órgãos públicos de outras áreas do País ou da esfera federal, desde que fundamentados em recursos de repasses internos ou externos ou ainda quando considerados de alta relevância para o desenvolvimento do Estado de Rondônia;
- g) - efetuar e gerir aplicações de capitais por conta própria ou de terceiros;
- h) - conceder avais ou finanças em benefício de projetos públicos ou privados de relevante interesse para a economia estadual, com prévia anuência do Conselho de Administração e do Banco Central, na forma da lei;

1) - efetuar operações de câmbio e caucionar ou descontar, no País ou fora dele, contratos, títulos e valores de sua carteira;

2) - manter transações com a Carteira de Redescontos do Banco Central do Brasil e com outros órgãos financeiros federais.

Art. 41. Na qualidade de agente financeiro do Tesouro do Estado de Rondônia, o Banco poderá realizar todas as operações de empréstimos, repasses de recursos, guarda e custódia de valores e concessão de avais e garantias que forem necessárias para o desempenho dessa função, obtidas as autorizações específicas do Banco Central.

Art. 42. É vedada a realização de operações de crédito ou adiantamentos aos Diretores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e a seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau, bem como às firmas de que participem com mais de 10% (dez por cento) do seu capital.

Art. 43. A concessão de financiamento ficará subordinada às normas gerais de operações aprovadas pela Diretoria, de acordo com as diretrizes estabelecidas neste estatuto.

§ 1º. No exame de cada operação, além da idoneidade dos proponentes, levar-se-ão em conta o mérito econômico do empreendimento, a rentabilidade, os efeitos diretos e indiretos, a exeqüidade técnica, financeira e administrativa, o prazo de maturação, a capacidade de pagamento e as garantias oferecidas.

§ 2º. O Banco procurará fomentar, quando possível, através de suas operações, práticas de conservação e recuperação de recursos naturais.

§ 3º. O reembolso dos empréstimos concedidos para investimentos que não sejam auto-amortizáveis, de interesse da economia estadual, ficará previamente assegurado através da vinculação de recursos financeiros adequados das entidades interessadas.

Art. 44. Os financiamentos serão formalizados em instrumentos contratuais, nos quais ficarão expressamente disciplinadas sua finalidade e forma de aplicação.

Parágrafo Único: - Excetuam-se deste artigo as operações de descontos e outras de natureza comercial, além daquelas realizadas com títulos de crédito rural ou industrial.

Art. 45. As operações de médio e longo prazo serão financiadas com recursos que ofereçam adequadas condições de estabilidade.

Parágrafo Único: - As operações de crédito geral terão o prazo máximo de 180 dias, somente sendo admissíveis prazos maiores em função do grau de exigibilidade dos recursos destinados a essa linha de crédito.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

Art. 44. Limitados ao máximo de 12 (doze) anos, os prazos serão fixados pela Diretoria, de acordo com cada tipo de operação, tendo em vista o período de maturação, a capacidade de pagamento e a natureza do empreendimento.

Art. 45. As operações de prazos superiores a 12 (doze) anos, ob servando o limite de 30 (trinta) anos, poderão ser realiza das, em caráter excepcional, utilizando-se recursos de avigi lidade adequada.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral poderá autorizar a emissão de títulos de rendimento fixo ou variável, com o objetivo de captar recursos destinados a financiar as operações de que trata este artigo.

Art. 46. Os financiamentos previstos nos artigos 39 e 40 terã o prazo de 60% (sessenta por cento) do valor das ga rantias reais, elevando-se excepcionalmente até 80% (oitenta por cento), quando se tratar de atividade de especial interesse da economia estadual.

Parágrafo Único - Ficam excluídos dessa limitação os financiamen tos deferidos em cumprimento de programas espe ciais instituídos pelo Governo.

Art. 49. Observadas as disposições legais e os limites fixados pelo Conselho de Administração, poderá ser dispensada a exigência de garantias:

- a) - nos empréstimos a pequenos produtores ou micro-empresas para financiamento de suas atividades agrícolas, pastoris, artesanais de pequena indústria ou de serviços em pe quena escala;
- b) - nos empréstimos realizados mediante nota de Crédito Rural.

Art. 55. O Banco poderá colaborar com outras instituições congê neres na execução de programas de assistência financiei ra, através da concessão de créditos a mutuários selecionados ou de contratos de repasse a instituições financeiras públicas e pri vadas, inclusive cooperativas e outras associações de produtores.

C A P Í T U L O VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO

Art. 51. O exercício social coincidirá com o ano civil, inician do-se a 1º de janeiro e terminando a 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 52. Ao final de cada semestre proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações de resulta dos do exercício, lucros e prejuízos acumulados e origens e apli cações de recursos.

Art. 53. Os resultados de cada balanço semestral serão deduzidos, antes de qualquer participação, parcelas para cobertura de eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto so bre a renda.

Art. 54. Do resultado líquido apurado, na forma do artigo ante rior, serão deduzidas as seguintes parcelas:

a) - 2% (dois por cento) para gratificação dos funcionários, a ser distribuída proporcio nalmente aos seus vencimentos, na forma da regulamentação fixada pela Diretoria, e respeitado o limite de até 2 vezes de remuneração na distribuição de cada parti cipação individual;

b) - 0,5% (meio por cento) para distribuição, em partes iguais, entre os membros da Diretoria, respeitados os limites legais (Art. 152 da Lei de Sociedade por ações).

c) - 2% (dois por cento) para o órgão de Pre vidência e Assistência aos funcionários do Banco do Estado de Rondônia S/A, desti nado a atender às despesas de Complemen tação de aposentadoria e benefícios de or dem social;

d) - 1% (um por cento) para reserva para As sistência aos funcionários.

Art. 55. Do lucro líquido apurado, após as deduções dos arts. 53 e 54, serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidas pela lei, serão destinadas à constituição de:

a) Reserva Legal

b) Reserva para Contingências proposta pela Dire turia e aprovada pelo Conselho de Administra ção para compensar perdas prováveis relacio nadas com riscos não cobertos por seguros es pecíficos;

c) Reserva de Lucros a Realizar;

d) Reservas Estatutárias, assim consideradas:

I - 10% (dez por cento) do lucro líqui do, observado o limite máximo de 40% do capital social, para forma ção de Reserva para prejuízos even tuais, destinada à compensação de perdas eventuais e à cobertura de riscos de operações em geral;

Art. 56. Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, como definido em 24.

§ 1º. Os dividendos serão declarados e aprovados pela Diretoria "ad referendum" da Assembleia Geral e deverão ser pagos no prazo de 30 (sessenta) dias, a contar da publicação da respectiva de liberação.

§ 2º. Considerar-se-ão prescritos em favor do Banco os dividendos não reclamados durante 3 (três) anos.

Art. 57. O saldo final de resultados não distribuídos terá o des tino que a Assembleia Geral determinar, mediante propos ta da Diretoria, ouvidos os Conselheiros de Administração e Fis cal.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA BANCO DO S/A - BERON

Art. 58. A Diretoria poderá autorizar a concessão de vantagens financeiras ou benefícios de ordem geral aos empregados, respeitados os limites das verbas aprovadas pela Assembleia Geral.

Art. 59. O Banco poderá contribuir para instituições culturais e órgãos de pesquisas sobre a economia e os recursos do Estado, bem como para obras de Assistência Social, observadas as limitas das verbas aprovadas pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. Os servidores do Banco serão admitidos mediante processo seletivo instituído pela Diretoria, com exceção dos ocupantes de cargos de direção, gerência e assessoramento técnico, assegurando-se a seus integrantes os direitos e vantagens inerentes ao quadro de pessoal do BANCO.

Art. 61. O regime jurídico do pessoal do Banco é o da Legislação Trabalhista.

Art. 62. O Banco poderá constituir, ou participar de empresas subsidiárias para a prestação de serviços gráficos, de processamento de dados, de pesquisas, treinamento, assistência técnica e outras semelhantes, observadas as normas legais vigentes.

E E R O N - CARTEIRA DE DESENVOLVIMENTO NORMAS BÁSICAS DE OPERAÇÕES E REGIMENTO INTERNO

Introdução - 1.

1. As presentes normas e regimento têm por finalidade estabelecer os princípios gerais disciplinadores das operações da Carteira de Desenvolvimento e definir sua estrutura básica, assim como seus objetivos relativamente ao desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia.
2. As normas operacionais específicas de crédito rural, agro industrial, industrial e infra-estrutural, como das demais tipos de operações, que possam ser realizadas pela Carteira de Desenvolvimento, devem ser estabelecidas em manuais próprios, que complementarão estas normas básicas.
3. As disposições especiais constantes de convênios, contratos, regulamentos ou programas, nos quais estiver vinculada qualquer operação da Carteira, complementarão as normas internas do Banco e, em caso de conflito, sobre elas prevalecerão.

4. O Regimento Interno da Carteira de Desenvolvimento somente poderá ser alterado pela Diretoria do Banco ou em razão das disposições dos órgãos superiores do Sistema Financeiro Nacional, especialmente do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Objetivos - 1.

1. A Carteira de Desenvolvimento tem como objetivo básico proporcionar o suprimento adequado e oportuno dos recursos necessários ao financiamento dos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Rondônia.
2. Para atender a seus objetivos, a Carteira de Desenvolvimento deve dar apoio aos tipos de iniciativas que, visem a:
 - 2.1 ampliar a capacidade produtiva da economia, mediante implantação, expansão ou realocização de empresas, podendo, para isso, subscrever ações ou debêntures para a revenda no mercado, bem como oferecer garantia de subscricão e participar no capital social de empresas desde que se trate de empreendimentos de importância para a economia do Estado;
 - 2.2 incentivar a melhoria da produtividade, por meio de reorganização, racionalização, modernização de empresas e formação de estoques em níveis técnicos adequados - de matérias primas e de produtos finais, ou por intermédio da formação de empresas de comercialização integrada;
 - 2.3 assegurar melhor ordenação dos setores da economia regional e o saneamento de empresas por meio de fusão, incorporação, associação, assunção de controle acionário e de ativo, liquidação ou consolidação de passivo e ativo onerosos;
 - 2.4 incrementar a produção rural através de projetos integrados de investimento destinados à formação de capital fixo e semifixo, além do atendimento das necessidades de capital de giro das unidades produtivas, mediante o financiamento de suas necessidades de custeio;
 - 2.5 promover a incorporação e o desenvolvimento de tecnologia de produção, aperfeiçoamento gerencial, a formação e o aprimoramento de pessoal técnico, podendo para esse fim, patrocinar programas de assistência técnica, preferentemente por intermédio de empresas e entidades especializadas;
 - 2.6 desenvolver a infra-estrutura econômica e social do Estado e de seus municípios;
 - 2.7 estimular a realização de operação de arrendamento mercantil;
3. A assistência creditícia da Carteira de Desenvolvimento de que trata o item 2 anterior, pode ser feita através de:
 - 3.1 formação de investimento fixos e semifixos;

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

3.2 formação ou complementação das necessidades de capital de trabalho, por meio da concessão de financiamento para custeio das atividades rurais, agroindustriais, industriais e de beneficiamento.

Conceituam-se como capital fixo e semifixo os seguintes tipos de investimentos:

4.1 Capital Fixo - as inversões para fundação de culturas permanentes, inclusive pastagens, florestamento e reflorestamento, construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, aquisição de máquinas e equipamentos de longa duração, instalação e ampliação de indústrias, obras e infra-estrutura, tais como estradas, esgotos e saneamento, eletrificação rural, obras de acudagem, irrigação e drenagem, recuperação de solo, destocamento (respeitadas as disposições do Código Florestal) e outros;

4.2 Capital Semifixo - As inversões para aquisição de animais destinados à criação, reprodução, engorda ou serviço, máquinas, implementos, veículos, equipamentos, assim como instalações rurais e industriais, cujo resgate seja de curto e médio prazos.

São considerados como financiamento de custeio os destinados ao suprimento de capital de trabalho para atender aos seguintes tipos de atividades:

5.1 Agrícola - despesas normais do ciclo produtivo, abrangendo todas as despesas, desde o preparo das terras até o beneficiamento primário da produção obtida e do seu armazenamento no imóvel rural, inclusive. Estende-se, ainda, ao atendimento das necessidades de custeio das atividades extrativas vegetais e de seu beneficiamento primário. São atendidas, ainda, através dessa linha de crédito, a aquisição isolada de mudas, sementes, adubos e corretivos (Programas de Recuperação Anual), defensivos e outros bens que integram o custeio da produção;

5.2 Pecuária - compreende as despesas normais da exploração no período considerado, admitindo-se também, o financiamento isolado de bens componentes do respectivo custeio, inclusive para aquisição de sal, arame, farragens, rações, concentrados minerais, sêmen, hormônios, produtos de uso veterinário em geral, adubos e corretivos de solo (Programas de Recuperação Anual), defensivos, bem assim custeio da piscicultura, limpeza e restauração das pastagens, fenação, silagem, formação de capineiras e outras culturas forrageiras de ciclo não superior a 2 anos, cuja produção se destina ao rebanho próprio;

5.3 Industrialização ou Beneficiamento - Desde que a matéria-prima empregada seja de produção preponderantemente própria - exigência indispensável nas operações com cooperativas - são financiáveis despesas como mão-de-obra, manutenção e conservação de equipamento, aquisição de materiais secundários indispensáveis ao processamento industrial, sucária, embalagem, armazenamento, seguro, preservação, impostos, frete, carretas e outros encargos;

Podem ser financiadas também as necessidades de capital de giro das empresas agroindustriais e industriais, especialmente quando se tratar de unidades beneficiadoras de produtos locais (arroz, soja, algodão, amendoim, feijão, milho, banana, mandioca etc...).

Beneficiários - 3.

1. Independentemente da fonte de recursos a ser utilizada na operação, somente poderão ser beneficiários da Carteira de Desenvolvimento:

1.1 Pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, desde que a concessão dos recursos sejam vinculadas à execução de projeto ou proposta aprovada pelo Banco, à realização do Capital Social, ou à aquisição do controle acionário de empresas cujas atividades tenham importância para a economia Estadual;

1.2 pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no País, cuja maioria de capital social com direito a voto, pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil;

2. Não poderão ser beneficiadas com a colaboração da Carteira de Desenvolvimento, as empresas ou pessoas físicas:

2.1 responsáveis por débito vencido para com o Banco, ressalvados os casos justificados e de interesse do Banco, a juízo da Diretoria;

2.2 que, somente por força de ação ajuizada pelo Banco houverem liquidado obrigações contraídas para com este, salvo se, no caso de sociedades, o controle de capital tiver sido transferido a terceiros não comprometidos, direta ou indiretamente, com a situação anterior;

2.3 responsáveis por títulos protestados, emissões de cheques sem cobertura, ações para cobrança de obrigações líquidas e execuções fiscais, salvo se houverem resgatado as respectivas obrigações e, a juízo da Diretoria, justificado satisfatoriamente as ocorrências;

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

- 2.4 costumes inadimplentes e impostos no cumprimento de suas obrigações na cuja ficha cadastral estiver restrições a sua idoneidade e, no caso de empresa, a de seus titulares, administradores e coligadas, julgadas desabonadoras;
- 2.5 contr. as quais estiver em curso processo de falência e concordata preventiva;
- 2.6 contra as quais houver sido apurado qualquer fato ou ação que, a juízo da Diretoria, não as recomendam para negócios, devendo, nesse caso, ser consignado em sua ficha cadastral;
- 2.7 que se enquadrem nas proibições do art. 34 da Lei 4.595, de 31.12.64;
- 2.8 Que tenham afetado gestores do Banco, em qualquer nível, dirigindo-se oficialmente ou publicamente de maneira desleal, grosseira ou mesquinha, na tentativa, inclusive de denegrir a imagem da Instituição e de seus prepostos.

Operações - 4.

1. A Carteira de Desenvolvimento pode realizar as seguintes linhas de operações ativas:
- 1.1 Empréstimos e Financiamentos:
- 1.1.1 capital fixo e semifixo
- 1.1.2 custeio rural, formação e/ou complementação de capital de giro industrial ou de empresas de serviços;
- 1.1.3 operações imobiliárias, quando realizadas exclusivamente com a instalação e/ou ampliação de atividades industriais;
- 1.1.4 aplicações na infra-estrutura econômica e nos setores industriais de base;
- 1.1.5 incremento das atividades turísticas e de recreio;
- 1.1.6 incremento da produção rural;
- 1.1.7 elaboração de projetos industriais ou rurais.
- 1.2 Prestação de Garantia
- 1.2.1 garantia de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira;
- 1.2.2 garantia de licitações;
- 1.2.3 garantia em instância de processos fiscais;
- 1.2.4 garantia de subscrição;
- 1.2.5 cobertura na emissão de debêntures;

Operações de Investimentos:

- 1.2.1 Subscrição de ações e debêntures para revenda no mercado;
- 1.2.2 garantia de subscrição;
- 1.2.3 participação no capital social de empresas;

Arrendamento Mercantil:

Outras modalidades de operações permitidas pelo Banco Central do Brasil.

Em casos excepcionais e desde já aprovada a colaboração financeira da Carteira de Desenvolvimento pode ser antecipada a sua formalização contratual, atendidas, se houver, as exigências preliminares para o adiantamento.

Os adiantamentos, nesses casos, não podem ultrapassar 30% do total do financiamento e devem ser efetuados contra a entrega de títulos emitidos pelo beneficiário e avalizados por pessoa física ou jurídica idônea e sujeitos aos ônus financeiros estabelecidos para operação.

Sempre que houver adiantamento por conta de crédito, o beneficiário e demais intervenientes manifestarão sua concordância prévia com todas as exigências e obrigações estabelecidas para a operação.

A partir do adiantamento, será fixado um prazo para o beneficiário regularizar a formalização contratual, findo o qual ficará sujeito à multa moratória.

O apoio da Carteira de Desenvolvimento deve ser limitado, em princípio, a 80% do valor do investimento total previsto para o projeto, reduzido para 60% quando não houver garantia real e a garantia fidejussória não for prestada por instituição financeira.

Os limites previstos no item anterior não se aplicam aos mini, pequenos e médios produtores rurais nem aos beneficiários de programas ou linhas de crédito cujos regulamentos definem outros limites.

Os prazos de carência e amortização das operações de financiamento devem ser estipulados de acordo com as particularidades do programa ou projeto, ou da atividade financiada, não podendo ultrapassar a vida econômica dos bens financeiros.

Para assegurar o retorno do capital empregado nas operações de créditos devem ser lastreadas, isoladas ou cumulativamente, por:

- 8.1 garantias reais;
- 8.2 alienação fiduciária;
- 8.3 aval;
- 8.4 fiança;

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

9.5 vinculação de recursos, como reserva irrevogável de formas de pagamento, provenientes de cobranças de impostos, taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições de qualquer espécie;

9.6 outras garantias reais, a título especial, mediante prévia autorização do Banco Central.

10. Na constituição das garantias reais, o seu valor deve corresponder, no mínimo, a 125% do valor do financiamento.

11. Se a garantia real for insuficiente para a cobertura do valor total da operação, à data da assinatura do contrato, pode-se admitir seu aumento progressivo na vigência desta, mediante a incorporação dos investimentos realizados, desde que ao curso da execução do empreendimento se alcance o percentual mínimo de 125%.

12. Na hipótese de a segurança da operação repousar, exclusivamente em fiança ou aval, deve-se observar o seguinte:

12.1. Só se admite fiança ou aval de pessoa física ou jurídica, cuja situação econômico - financeira e patrimonial lhe confiar grau de notória solvência;

12.2. quando o garantidor não for instituição financeira, a assistência do Banco não deve exceder a 60% do investimento total.

13. É vedado receber, a título de garantia, penhor ou caução de valores constitutivos da carteira de fundos mútuos de investimento.

14. Os bens vinculados em garantia devem, obrigatoriamente, estar cobertos por seguros.

15. As operações de crédito do Banco, mesmo com recursos próprios, podem ser realizadas com cláusula que adote:

15.1. Correção monetária prefixada;

15.2. correção monetária em bases idênticas às atribuídas às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

15.3. tratamento específico, quando as operações forem efetuadas com recursos externos ou de instituições financeiras oficiais, tendo em vista as bases ditadas pela regulamentação pertinente;

15.4. capitalização de acessórios vencidos e não liquidados, para efeito de incidência de correção monetária e juros contratuais.

16. Nas operações de crédito realizadas com correção monetária, segundo os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, os valores dos respectivos instrumentos de crédito podem ser expressos, pela sua equivalência, em ORTN.

17. Os créditos abertos pela Carteira de Desenvolvimento em moeda estrangeira serão pagos em cruzeiros, pelo beneficiário, à mesma moeda do empréstimo, convertida à taxa de câmbio para a venda, fixada pelo Banco Central do Brasil, vigente nos dias de vencimento, observados os parágrafos 1º, 3º e 4º do artigo 947, do Código Civil Brasileiro.

18. Entende-se como moeda de empréstimo a que expressar o direito de crédito, e não a de utilização. Isto é, a moeda em que se constitui a responsabilidade do Banco perante o terceiro de quem provieram os recursos.

Encargos Financeiros - 5

1. A colaboração financeira, prestada mediante repasses ou refinanciamentos, estará sujeita aos encargos de finidos pelas instituições das quais a Carteira de Desenvolvimento seja agente credenciada.

2. Na assistência prestada pela Carteira de Desenvolvimento, com recursos próprios, podem incidir os seguintes encargos:

2.1. Comissão de Estudo: a ser paga no ato da apresentação do pedido, a título de ressarcimento das despesas com a análise do projeto;

2.2. Comissão de Reserva de Crédito: incidente sobre o saldo não utilizado do crédito aberto, ou sobre o montante da operação, enquanto não contratada, a partir da segunda prorrogação do prazo para contratar, desde que os impedimentos sejam provocados pelo beneficiário;

2.3. Juros: cobráveis, trimestral ou semestralmente, conforme dispuser o contrato, sobre o saldo do devedor do financiamento;

2.4. Comissão de Garantia: cobrada no caso de garantia prestada pela Carteira de Desenvolvimento em nome do Banco, incidente sobre o principal da dívida garantida e sobre o valor do principal ou acessórios debitados ao credor, durante a vigência do contrato;

2.5. Comissão de Cobertura de Garantia: cobrada sobre as quantias efetivamente desembolsadas pelo Banco, incluindo despesas, quando tiver que honrar a garantia prestada pela Carteira;

2.6. Comissão de Avaliação e Fiscalização: destinada ao ressarcimento de despesas efetuadas com técnicos, na avaliação de bens ou fiscalização do financiamento.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

- 3. A Comissão de Estudos não será devida no caso de simples consulta prévia.
- 4. Os débitos por garantia contratada vencerão juros, independentemente da comissão de cobertura prevista no item 2.5 anterior, incidente sobre o saldo corrigido de acordo com os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.
- 5. A comissão de avaliação e fiscalização pode ser cobrada, também, em financiamentos contratados com recursos de terceiros.
- 6. Os percentuais dos encargos a serem cobrados pela Carteira de Desenvolvimento devem ser fixados pela Diretoria, observada a regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil.
- 7. Se as características do projeto assim o recomendarem, os encargos poderão ser incorporados ao principal, durante o período de carência.

Limites Operacionais - 8.

- 1. As responsabilidades da Carteira de Desenvolvimento perante terceiros não podem ultrapassar 15 vezes o montante de sua dotação. No cálculo dessas responsabilidades são considerados os seguintes critérios:
 - 1.1. incluem-se as operações passivas, quer em moeda nacional, quer moeda estrangeira;
 - 1.2. incluem-se as garantias concedidas em operações de qualquer natureza;
 - 1.3. não se inclui o valor das operações executadas na qualidade de agente financeiro garantidor ou repassador de recursos de instituições financeiras federais e destinadas a obras de infra-estrutura promovidas pelo Poder Público estadual ou municipal, desde que convenientemente garantidas a critério do Banco Central;
 - 1.4. não se incluem as obrigações relativas a juros a decorrer nas operações passivas a prazo superior a 24 meses, relativamente ao período que exceder o semestre que estiver em curso, não abrangendo na presente ressalva qualquer captação de recursos com correção monetária prefixada;
 - 1.5. Não se incluem as responsabilidades por garantia de subscrição de ações de debêntures para revenda.
- 2. As inversões em bens do ativo fixo não podem ser superiores a 30% da dotação da Carteira de Desenvolvimento. Não são consideradas, para esses efeitos, as inversões em bens decorrentes de operações de arrendamento mercantil.

- 3. No cálculo da dotação da Carteira de Desenvolvimento, para os fins aqui previstos, são observados os seguintes critérios gerais:
 - 3.1. Consideram-se reservas:
 - 3.1.1. a legal, ou seja, aquela estabelecida na Lei que rege as Sociedades Anônimas;
 - 3.1.2. aquelas aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas;
 - 3.1.3. as constituídas por determinação da Lei ou Estatuto do Banco;
 - 3.1.4. as provisões para risco de créditos;
 - 3.1.5. os saldos acaso existentes de lucros não distribuídos ou à disposição de Assembleia Geral;
 - 3.1.6. recursos provenientes de cobrança de ágio na subscrição do capital do Banco, que constituem capital excedente;
 - 3.2. do montante da dotação da Carteira são deduzidos:
 - 3.2.1. as operações de curso anormal inscritas ou a inscrever em créditos em liquidação;
 - 3.2.2. os saldos, acaso existentes, de prejuízo pendente.
- 4. Na realização dos diferentes tipos de operações devem ser obedecidos, sem prejuízo de observância das de natureza legal e de outras baixadas pelo Banco Central em casos específicos, também as seguintes limitações:
 - 4.1. É vedada a concessão de empréstimos por antecipação da receita orçamentária ao Estado, Município e respectivas Autarquias;
 - 4.2. É vedado conceder empréstimos de qualquer natureza a Prefeituras Municipais no último mês de mandato dos Prefeitos, se vencíveis após o término do mandato destes, exceção feita unicamente aos casos comprovados de calamidade pública, a critério do Conselho de Administração do Banco;
 - 4.3. É vedado acolher, qualquer modalidade de empréstimo, financiamento ou refinanciamento, quer como garantia principal, quer como garantia acessória de operações que realizar, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio ou outros títulos de espécie, de emissão aceita ou aval do Estado, Municípios e respectivas Autarquias, correspondentes a compromissos assumidos para com fornecedores, prestadores de serviços, ou empreiteiros de obras. Estão excluídos dessa proibição, os títulos referentes à aquisição de máquinas, equipamentos e

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

implementos agrícolas, ou de máquinas e equipamentos rodoviários que, comprovadamente o Estado, Municípios e respectivas Autarquias tiverem emitidos, aceito ou avalizado, observados os limites estabelecidos pelo Banco Central para o seu endividamento.

4.4. nos casos de subscrição de ações ou debêntures, para revenda no mercado, assim como nos de garantia de subscrição, a Carteira de Desenvolvimento não deve assumir obrigações que:

4.4.1. exceda o total das ações de sua propriedade em uma só empresa, a mais de 40% da sua dotação;

Não são computadas, para efeito dessa limitação, as ações que o Banco se obrigar a subprever com recursos entregues ou colocados à sua disposição expressamente para esse fim;

4.4.2. determine aplicações de caixa em montante superior a seu ativo corrente líquido realizável em moeda, dentro do prazo de integralização das ações subscritas.

4.5. a participação no Capital Social de empresas sujeitase ao limite específico de 30% da dotação da Carteira de Desenvolvimento, ressalva dos casos em que o aporte minoritário deste se torne necessário à manutenção ou obtenção do controle e comando nacional.

4.6. a participação acionária, por empresa, fica limitada a 10% da dotação da Carteira de Desenvolvimento;

4.7. a Carteira de Desenvolvimento pode subscrever, adquirir ou receber ações além dos limites mencionados nos Itens 4.4., 4.5 e 4.6, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. em decorrência do exercício de direitos relativos a:

4.7.1.1. conversão em ações de debêntures convertíveis em ações;

4.7.1.2. exercício do direito de preferência na subscrição;

4.7.3. recebimento de bonificação em títulos;

4.7.2. quando recebidas em liquidação de empréstimo de difícil ou duvidosa solução;

4.8. nesses casos (Item 4.7), a Carteira de Desenvolvimento deve vender, no prazo máximo de 1 ano de sua aquisição, as ações que excederem os limites fixados;

4.9. se até 30 dias antes do vencimento do prazo para venda de títulos as condições de mercado se mostrarem desfavoráveis, a ocorrência deve ser justificada ao Banco Central do Brasil, solicitando-se novo prazo;

4.10. o Banco só poderá contratar operações de arrendamento mercantil com pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no País, cuja maioria de capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no País;

4.11. somente podem ser objeto de arrendamento mercantil os bens de produção estrangeira que o Conselho Monetário Nacional especificar;

4.12. nas operações de repasse, com base em recursos externos, devem ser observadas as seguintes limitações:

4.12.1. os empréstimos externos só podem ser repassados em moeda nacional e com cláusula de correção cambial;

4.12.2. não podem ser concedidos repasses a instituições financeiras; companhias de seguros, companhias de capitalização; firmas individuais; empresas distribuidoras de valores; sociedades corretoras; empresas de administração, inclusive de administração de cartões de créditos; empresas de participação; e ao Estado, município e a entidades da administração indiretas, estadual e municipal.

4.13. o valor dos repasses a uma mesma empresa não pode ultrapassar, nesses casos, a 10% do capital realizado do Banco;

4.14. É vedada, nas operações de repasse com recursos externos, a constituição de garantias com letras imobiliárias de emissão das sociedades de crédito imobiliário, sem prévia anuência do Banco Nacional de Habitação;

4.15. É vedada à Carteira de Desenvolvimento a realização, ainda, das seguintes operações:

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

4.15.1. prestação de garantias interbancárias, salvo se perante outra instituição de fomento;

4.15.2. aceite de títulos cambiais para colocação no mercado de capitais;

4.15.3. instituição e administração de fundos de investimento;

4.15.4. redesconto;

4.15.5. aquisição de imóveis não destinados ao uso próprio, excetuando-se os destinados ou afetos a operações de arrendamento mercantil;

4.15.6. financiar loteamento de terrenos e construção de imóveis para renovação ou incorporação, salvo nas operações relativas à implantação de distritos industriais.

Análise e Administração de Créditos - 7.

1. Em princípio, todo projeto ou empreendimento a ser assistido pela Carteira de Desenvolvimento deve ser submetido, após seu enquadramento normativo, a adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica, a fim de examinar-se os seguintes requisitos:

1.1. existência de mercado para os bens e/ou serviços a serem produzidos;

1.2. exequibilidade técnica do processo de produção e disponibilidade dos recursos necessários;

1.3. rentabilidade operacional do empreendimento;

1.4. viabilidade do esquema financeiro e segurança da disponibilidade dos demais recursos;

1.5. capacidade de pagamento do beneficiário;

1.6. garantias suficientes;

1.7. capacidade empresarial do produtor ou grupo empreendedor.

2. A Carteira de Desenvolvimento deve avaliar integralmente as necessidades creditícias dos empreendimentos e atividades assistidas, englobando no Planejamento da operação, quando for o caso, a assistência a ser prestada pelos demais Departamentos do Banco, de modo a dosar adequadamente o crédito concedido ao beneficiário.

3. As normas operacionais específicas deverão estabelecer métodos simplificados de análise, em função dos diferentes tipos de atividades, da complexidade, do valor do financiamento solicitado e do tipo de beneficiário (mín., pequeno e médio produtores).

4. Em qualquer caso, contudo, deverá ser examinada, ainda que sucintamente, a situação econômico-financeira atual, bem como a regularidade jurídica do empreendimento a ser assistido e dos bens oferecidos em garantia.

5. Especial atenção deve ser dispensada, no exame dos pleitos, ao cálculo da capacidade de pagamento, a qual deve basear-se na renda líquida anual (diferença entre receitas e despesas realizáveis) obtinível em condições normais de produção, entendido que:

5.1 só deverão ser incluídas no cálculo, as rendas e despesas efetivamente realizáveis;

5.2 só deve ser considerada, por parte do Banco, a inclusão de rendimentos extra-atividade financiada, quando houver a convicção de que as informações prestadas sobre tais rendimentos, são procedentes.

6. Dentro desse contexto deverá ser considerado para efeito de reembolso do empréstimo, um "quantum" não superior a 70%, observadas ainda as seguintes condições:

6.1 o montante fixado como capacidade de pagamento anual deve atender às despesas com prestação do financiamento, acrescidas dos respectivos juros e demais acessórios;

6.2 para fixação da percentagem a ser utilizada no cálculo da capacidade de pagamento, deverá-se levar em conta a estabilidade do empreendimento a ser assistido.

7. A administração dos créditos concedidos pela Carteira de Desenvolvimento inicia-se logo após a assinatura do instrumento e termina com o integral reembolso da operação (inclusive juros e acessórios).

8. As atividades de administração de créditos devem compreender, além de outras, as seguintes tarefas:

8.1 controle dos capitais emprestados, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento, vencimento da operação e entendimentos com os clientes.

8.2 fiscalização periódica das atividades dos clientes vinculados à operação e das garantias constituídas.

8.3 orientação técnica e administrativa, sempre que necessário, a juízo do Banco ou em razão de regulamentos referentes a programas específicos.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

Alçadas de Decisão - 8.

1. São os seguintes os níveis de alçadas de decisão, relativamente à operação da Carteira de Desenvolvimento:

- 1.1 Diretoria;
- 1.2 Diretor da Carteira de Desenvolvimento;
- 1.3 Gerente da Carteira de Desenvolvimento;
- 1.4 Gerente de Agências.

2. A fixação dos diferentes níveis de valores das alçadas de decisão é atribuição exclusiva da Diretoria, que para isso, deve levantar-se em proposição fundamentada do Diretor da Carteira de Desenvolvimento.

3. Na fixação dos diferentes níveis de valores das alçadas de decisão devem ser obedecidos os seguintes princípios:

- 3.1 necessidade de descentralização das operações, observados, contudo, todos os aspectos relacionados com a segurança operacional;
- 3.2 Em caso de discrepância entre os diferentes níveis de decisão sobre uma determinada operação, a alçada de decisão, no caso específico, passa a ser automaticamente da Diretoria e, em última instância, do Conselho de Administração.

Recursos e Programação Financeira - 9.

1. A Diretoria destinará à Carteira de Desenvolvimento uma dotação destacada do capital realizado e reservas livres do Banco, a fim de constituir o fundo operacional da Carteira de Desenvolvimento.

2. A dotação da Carteira de Desenvolvimento pode ser reajustada pela Diretoria ordinariamente, a 30 de junho e 31 de dezembro, por ocasião do encerramento dos balanços gerais do Banco; ou, extraordinariamente, em qualquer época, se houver superveniência de motivo relevante não previsto no orçamento, justificado em proposta do Diretor da Carteira de Desenvolvimento.

3. Para captação de recursos, a Carteira de Desenvolvimento pode praticar as seguintes operações passivas:

- 3.1 depósitos a prazo fixo, com ou sem correção monetária;
- 3.2 operações de crédito referentes a empréstimos e financiamentos obtidos no País ou exterior;
- 3.3 operações de crédito ou contribuições do setor público;
- 3.4 emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, bem como de títulos previstos em lei para o crédito rural;
- 3.5 outras modalidades de captação, desde que autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

4. A Carteira de Desenvolvimento tem autonomia financeira e deve elaborar, anualmente, um orçamento de aplicações, um orçamento de receitas e despesas e um orçamento de inversões, que serão partes integrantes dos orçamentos gerais do Banco.

Recursos e Programação Financeira - 9.

5. A escala de prioridade genérica das diferentes atividades a serem amparadas pela Carteira de Desenvolvimento deve ser definida mediante sua inclusão no orçamento de aplicações.

6. O fluxo da Carteira de Desenvolvimento deve ser determinado por meio de programação financeira elaborada em estreita articulação com a Diretoria Financeira e de Administração do Banco, por fazer parte integrante da programação financeira do Banco, devendo a ela ajustar-se.

7. A Carteira de Desenvolvimento acompanhará, sistematicamente, a aplicação dos recursos que forem aplicados sob sua responsabilidade, em estreita articulação com a Diretoria Financeira e de Administração do Banco.

Área de Atuação - 10

1. A área de atuação da Carteira de Desenvolvimento abrange o Território do Estado de Rondônia.

2. Excepcionalmente, quando o empreendimento visar benefícios de interesse comum, a Carteira de Desenvolvimento pode assistir a projetos desenvolvidos fora do Estado de Rondônia, a critério do Conselho de Administração do Banco.

3. Nesses casos, a assistência deve processar-se mediante consórcio com o Banco de Desenvolvimento local, ou com a Carteira de Desenvolvimento, do respectivo Banco local.

Organização Administrativa - 11.

1. A Carteira de Desenvolvimento do BERON é formada por uma Diretoria e uma Gerência, além de setores e/ou coordenadorias de crédito especializado nas agências, a estrutura se prende nas funções de chefes de setor, de seção ou ajudantes de seção, consoante o porte da dependência.

2. A Gerência da Carteira de Desenvolvimento constitui-se de dois setores, a saber:

- 2.1 Setor de Planejamento Apoio e Estudos;
- 2.2 Setor de Análise e Administração de Créditos;

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

3. São atribuições do Diretor da Carteira de Desenvolvimento:

- 3.1 Planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades da Carteira de Desenvolvimento;
- 3.2 Zelar pelo fiel cumprimento das normas baixadas pelo Banco Central, relativamente à estruturação e funcionamento da Carteira de Desenvolvimento, assim como pela condução de suas operações;
- 3.3 Cumprir fielmente as determinações emanadas da Diretoria do Banco;
- 3.4 Deferir ou indeferir operações dentro dos limites de alçada fixados pela Diretoria;

Organização Administrativa - IV:

- 3.5 Submeter à decisão da Diretoria, com base em parecer inequívoco e fundamentado, os estudos oriundos da Gerência da Carteira de Desenvolvimento sobre os diversos assuntos relacionados com as suas operações, organização, funcionamento e outros correlatos.

4. São atribuições da Gerência da Carteira de Desenvolvimento:

- 4.1 administrar, coordenar e planejar atividades dos diversos órgãos que constituem a Gerência da Carteira de Desenvolvimento;
- 4.2 deferir ou indeferir operações dentro dos limites de alçada fixados pela Diretoria, do Banco;
- 4.3 submeter ao Diretor da Carteira de Desenvolvimento, com parecer inequívoco e fundamentado, os pedidos de financiamentos cujo valor ultrapasse sua alçada de decisão;
- 4.4 submeter ao Diretor da Carteira de Desenvolvimento os estudos e sugestões elaborados pela Divisão de Planejamento e Estudos da Gerência;
- 4.5 cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas da Administração Superior do Banco zelando pelo fiel cumprimento das instruções em vigor, bem como pelo bom funcionamento de todo o sistema, especialmente no que concerne à análise e administração dos créditos concedidos.

5. São atribuições do Setor de Planejamento, Apoio e Estudos:

- 5.1 realizar, em estreita articulação com as Secretarias de Planejamento, Indústria e Comércio e Agricultura do Estado, estudos especiais no sentido de orientar as aplicações da Carteira de Desenvolvimento para os setores da economia Estadual;
- 5.2 elaborar programas especiais de crédito, em estreita articulação com as Secretarias de Fazenda, Agricultura, Planejamento e Indústria e Comércio, com o objetivo de canalizar recursos específicos para os setores rural, agroindustrial, industrial e infraestrutura e outros;

- 5.3 elaborar normas de operações e instruções sobre os diferentes assuntos relacionados com a estrutura, organização e funcionamento da Carteira de Desenvolvimento;

- 5.4 elaborar a programação anual da Carteira de Desenvolvimento, em estreita articulação com as demais dependências do Banco, a qual deverá compreender o seu orçamento de aplicações, o orçamento de receitas e despesas, o orçamento de inversões e o plano de treinamento de pessoal, a nível de agências e da Diretoria do Banco;

- 5.5 estudar e elaborar convênios com os órgãos de pesquisa e extensão rural atuantes no Estado, a fim de que o Banco possa contar com eficiente orientação técnica a nível de agência e Carteira, na realização de suas operações;

- 5.6 organizar e administrar o arquivo da Gerência da Carteira de Desenvolvimento;

- 5.7 organizar e administrar o sistema de recebimento e expedição de correspondência e documentos da Gerência da Carteira de Desenvolvimento, assim como o suprimento de material e controle de frequência do pessoal;

- 5.8 realizar todo o trabalho de mecanografia da Gerência;

- 5.9 executar os registros e controles estatísticos das diversas informações e dados que devem ser remetidos ao Banco Central;

6. São atribuições do Setor de Análise e Administração de Crédito:

- 6.1 analisar os pedidos de financiamento oriundos dos diversos setores da atividade econômica, rural, agroindustrial, industrial, serviços e infra-estrutural, que, pelo seu valor, ultrapasse as alcades de decisão, das agências;

- 6.2 analisar projetos, operações de prestação de garantias, bem como as relacionadas com a assistência financeira ao Estado, municípios e respectivas Autarquias e as de investimento e arrendamento mercantil;

- 6.3 elaborar projetos especiais, quando se tratar de empreendimento de alta relevância econômica social para o Estado;

- 6.4 conduzir e administrar os empréstimos e financiamentos realizados pela Carteira de Desenvolvimento, mediante o acompanhamento e fiscalização das atividades financiadas;

- 6.5 orientar e fiscalizar as atividades dos setores e seções de crédito especializado das agências e seções em estreita articulação com a Auditoria do Banco e em sincronia com a orientação emanada da Administração Superior, do Banco Central;

- 6.6 realizar perícias e avaliações, relacionadas com as operações do Banco;

- 6.7 controlar as responsabilidades, diretas e in-

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

- diretas, dos clientes da Carteira de Desenvolvimento;
- 8.8 controlar os repasses e refinanciamentos;
- 8.9 realizar estudos e dar pareceres sugerindo a adoção de procedimentos especiais e até de medidas judiciais, em estreita articulação com a Assessoria Jurídica do Banco, no sentido de resguardar os seus direitos creditórios.

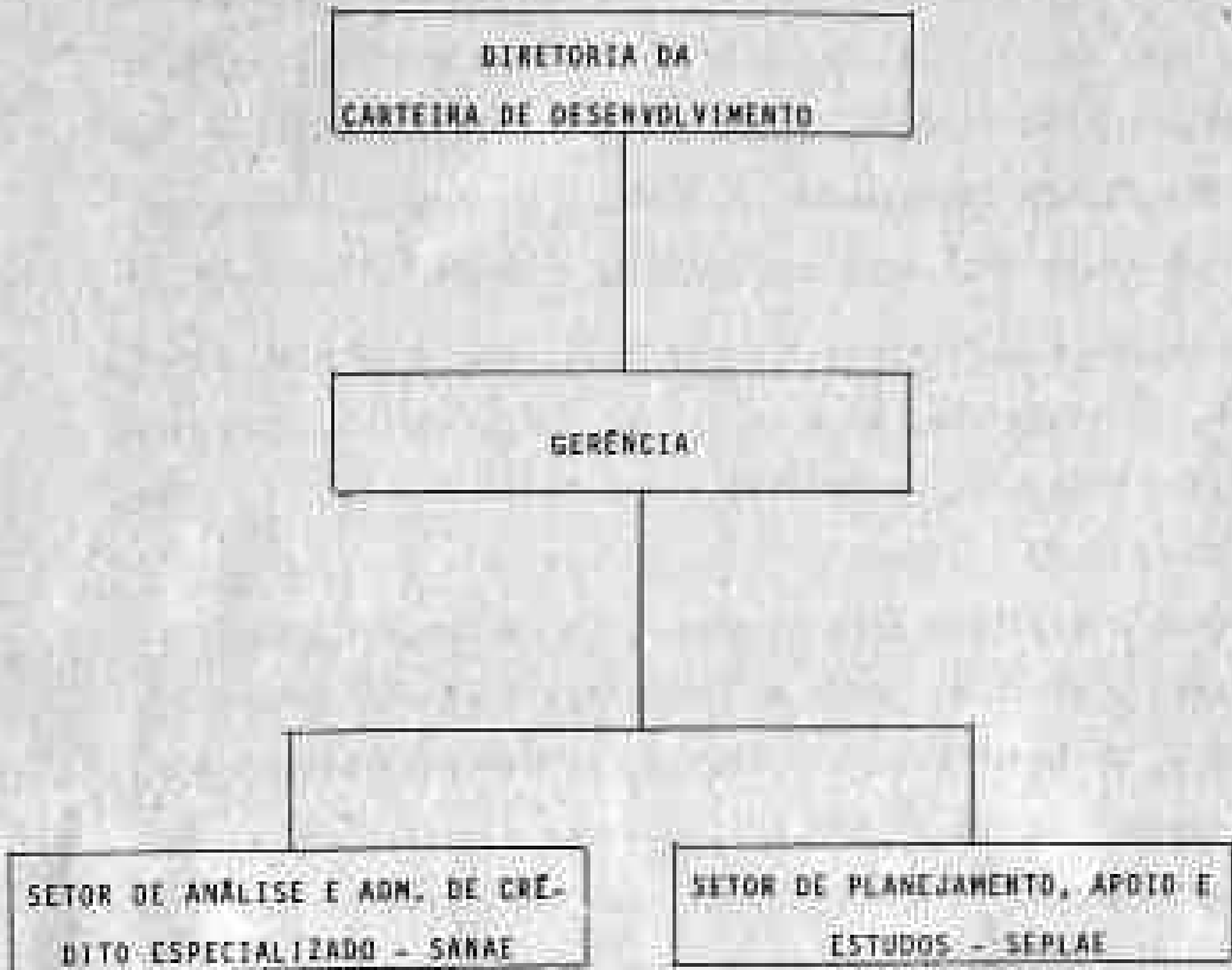
- 7. A Carteira de Desenvolvimento, de acordo com o volume de negócios realizados por conta de Crédito Especializado, a nível da Direcção Geral, poderá comportar coordenadorias, com vistas a, racionalmente, descentralizar-se o serviço.
- 8. As agências, de acordo com o volume de negócios realizados em crédito especializado, devem contar com o setor ou seção para realização das seguintes tarefas:

- 8.1 tomar e analisar propostas de crédito, cuja alçada de decisão seja do gerente da agência;
- 8.2 encaminhar, devidamente informados, propostas ou projetos que ultrapassem a alçada de decisão do Gerente da Agência;
- 8.3 administrar as operações realizadas, mediante fiscalizações periódicas;

- 8.4 executar os serviços relacionados com a elaboração de estatísticas, controles e registros contábeis.

9. Para realização de suas diversas atribuições e atividades, a Carteira de Desenvolvimento contará com todo apoio logístico das demais dependências do Banco, em especial das seguintes dependências: Assessoria Jurídica, Auditoria, Gerência Financeira e de Administração.

CARTEIRA DE DESENVOLVIMENTO



O Presidente da assembleia, após verificar que todas as formalidades legais foram observadas, declarou que o Banco do Estado de Rondônia S/A-BERON estava formal e legalmente constituído. Passou-se, posteriormente, à eleição do Conselho de Administração o qual ficou constituído, por consenso unânime, da seguinte forma: Paulo Cordeiro Saldanha, brasileiro, casado, Bancário e Bacharel em Direito, inscrito no CPF sob o nº 004.883.411-34, portador da cédula de identidade RE sob nº 012.863- SSP-MT, residente e domiciliado nesta cidade na rua Herbert de Azevedo, 207, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; a Senhora Janilene Vasconcelos de Melo, brasileira, casada, Técnica em Administração, inscrita no CPF 022899702-04, residente e domiciliada nesta cidade, para o cargo de membro do Conselho de Administração; o Senhor Francisco Freire da Silva, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o número 025.791.382-34, residente e domiciliado nesta cidade, para o cargo de respectivo suplente no Conselho de Administração; o Senhor Hamilton Almeida Silva, brasileiro, casado, Economista, inscrito no CPF sob o número 010.658.942-15, residente e domiciliado nesta cidade, para o cargo de membro do Conselho de Administração; o

Senhor Antonio Tavares de Castro, brasileiro, casado, Economista, inscrito no CPF sob o nº 001.592.712-15, residente e domiciliado nesta cidade, para o cargo de respectivo suplente no Conselho de Administração; o Senhor Antonio Adelino Gurgel do Amaral, brasileiro, casado, Engenheiro Operacional Civil, inscrito no CPF sob o número 013.722.462-15, residente e domiciliado nesta cidade para o cargo de membro do Conselho de Administração; o Senhor Ivanilson Nunes Montenegro, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 097.717.271-68, residente e domiciliado nesta cidade, para o cargo de respectivo suplente no Conselho de Administração, sendo este último o respectivo suplente, eleitos pelos acionistas minoritários. Em seguida, passou-se à eleição dos integrantes do Conselho Fiscal, cujo funcionamento será permanente, que ficou assim constituído: o Senhor José Lacerda de Melo, brasileiro, solteiro, Economista, inscrito no CPF sob o nº 062.008.452-00 para o cargo de membro do Conselho Fiscal, e o Senhor Aldegar José Neves, brasileiro, casado, Economista, inscrito no CPF sob o nº 091.541.913-00, para o cargo de respectivo suplente no Conselho Fiscal; O Senhor Jefferson Delano Pini, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF sob o

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A - BERON

nº 395.061.429-04 para o cargo de membro do Conselho Fiscal, e o Senhor Rubens Sanches Filho, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF sob o número 234.786.759-87 para o cargo de respectivo suplente no Conselho Fiscal; o Senhor Osvaldo Natchi, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito no CPF sob o nº 140.571.239-20 para o cargo de membro do Conselho Fiscal, e o Senhor Germano Campos Câmara, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF sob o número 058.890.063/04, para o cargo de respectivo suplente no Conselho Fiscal, sendo este último e respectivo suplente, eleitos pelos acionistas minoritários. Prossequindo, os honorários dos membros da Diretoria, obedecendo-se os limites estabelecidos pelo Decreto Lei Estadual número quarenta e oito (48) de oito (8) de fevereiro de um mil novecentos e oitenta e três (1.983), foram fixados pela assembleia em Cr\$ 628.320,00 (seiscentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte cruzeiros) para os membros e em Cr\$ 714.000,00, (setecentos e quatorze mil cruzeiros) para o Diretor Presidente, inicialmente, e, a partir de 1º (primeiro) de junho de 1.983 (um mil, novecentos e oitenta e três), em Cr\$ 816.640,00 (oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta cruzeiros) para os membros e em Cr\$ 928.000,00 (novecentos e vinte e oito mil cruzeiros) para o Diretor Presidente. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal foram fixados em Cr\$ 64.974,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros) inicialmente, e, a partir de 1º (primeiro) de junho de 1.983 (um mil novecentos e oitenta e três) em Cr\$ 84.448,00 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros), o que corresponde a um décimo (1/10) da média da remuneração da Diretoria. A palavra ficou livre para quem dela quizesse fazer uso. Nada mais havendo, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata a qual, após lida e aprovada, seguirá assinada por todos os presentes. Porto Velho (RO), aos quatro dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e oitenta e três.

Governo do Estado de Rondônia

Antonio Adelino Gurgel do Amaral

Francisco James Fontenele Felício

Hamilton Almeida Silva

Construtora Quwah S/A

Rondoval Ltda

Estaccon Engenharia S/A

Ary de Macedo
Parapanema S/A
Exato S/A
Concretisa Eng. Ind. C. Ltda.
Atlântica Cia. Mar. de Seguros
Cia. de Seguros Aliança Bahia
Termal Ltda
Eduardo Ribeiro da Silva
Paulo Cordeliro Saldanha
Eloy Ferreira Rêus
Marcos Antonio Santos Norta
Jorge Gurgel do Amaral Neto
Antonio Adamor Gurgel do Amaral
Antonio Cipriano Gurgel do Amaral
Antonio Orlândino Gurgel do Amaral
Alan Gurgel do Amaral
Luís Gurgel do Amaral
César Augusto Ribeiro de Souza
Márcia Regina Pini

JUNTA COMERCIAL DE RONDÔNIA
CERTIDÃO

CERTIFICO que "Banco do Estado de Rondônia S/A BERON", com sede social à Av. Sete de Setembro, 237 Centro - Porto Velho, Estado de Rondônia, arquivou nesta Junta Comercial sob o nº de ordem 11.3.0000068.4, por despacho da 1ª turma de vogais em 06 de abril de 1983, ata da Assembleia Geral de constituição realizada em 04.04.1983. De que dou fé. E Ana Cristina Pontes, Agente Administrativo, chefe da Seção de Registro e Controle, passou a presente que também vai visada pelo Senhor Secretário-Geral Porto Velho aos 08 dias do mês de abril de 1983

Viso
Ana Cristina Pontes
Secretaria-Geral